



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JULIO DE MESQUITA FILHO"  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS



Trabalho de Graduação  
Curso de Graduação em Geografia

MONTEIRO LOBATO E A GEOGRAFIA DE DONA BENTA

Filipe Rafael Gracioli

Prof. Dr. João Pedro Pezzato

Rio Claro (SP)

2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

FILIPE RAFAEL GRACIOLI

MONTEIRO LOBATO E A GEOGRAFIA DE DONA BENTA

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Rio Claro-SP

2011

910.07 Gracioli, Filipe Rafael  
G731m Monteiro Lobato e a Geografia de Dona Benta / Filipe  
Rafael Gracioli. - Rio Claro : [s.n.], 2011  
73 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia)  
- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e  
Ciências Exatas

Orientador: João Pedro Pezzato

1. Geografia - Estudo e ensino. 2. Espaço geográfico. 3.  
Identidade nacional. 4. Paisagem. 5. Território. I. Título.

**FILIPPE RAFAEL GRACIOLI**

**MONTEIRO LOBATO E A GEOGRAFIA DE DONA BENTA**

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. João Pedro Pezzato

---

---

Rio Claro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Filipe Rafael Gracioli

---

Prof. Dr. João Pedro Pezzato

## AGRADECIMENTOS

*Agradecer*: 1. Mostrar-se grato por. 2. Demonstrar, manifestar gratidão. [...] 3. Retribuir, recompensar. [...] 4. Demonstrar ou manifestar gratidão. [...] 5. Demonstrar ou manifestar gratidão; mostrar-se grato. (Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa, 4 ed. 2009).

A Ti Deus, por me permitir concluir um sonho de toda a vida. Por me apontar os caminhos a seguir, por me permitir a coragem necessária para continuar. Obrigado por permanecer ao meu lado nestes últimos tempos, difíceis tempos de angústia. Obrigado por me fazer acreditar em mim mesmo e por fazer-me olhar para dentro de mim com olhos de pessoa humana. Muito obrigado.

Aos meus pais, Cícero e Angela. A vocês os meus sinceros agradecimentos por me apoiarem na decisão pela Geografia, mas sobretudo por acreditarem em meus esforços e por serem em minha vida o “porto seguro” para onde sempre posso regressar. Para um sempre, grato!

Ao Michel Ricardo Gracioli, meu irmão, por tolerar tantas noites em claro enquanto estudava para as intermináveis provas e por me mostrar que sim, aquilo que desejamos para nossas vidas é possível. Obrigado sempre!

Ao Prof. Dr. João Pedro Pezzato. Ao meu orientador agradeço pelas longas horas de paciência, por me acolher no momento da decisão sobre o rumo a tomar na vida acadêmica, por me apresentar uma possibilidade de estudo, pelo apoio incomensurável nas “coisas da vida”, por acreditar em minha capacidade. Pela ajuda moral, por me dar a força necessária para continuar, e por acreditar na possibilidade de uma universidade renovada. E, sobretudo, pela amizade construída! De ti levo o exemplo da *alegria pela vida*. Muito obrigado.

À Juliana Corrêa Zaguini. Ju, a moça meiga, porém forte, determinada nas opiniões, segura nas atitudes, dianteira das decisões, rocha firme; às vezes brava demais. Obrigado por estar junto a mim desde o início destes cinco anos, por me acompanhar e sobretudo por me entender nas tristezas e nas alegrias da vida, especialmente neste último ano. De ti levo o exemplo da *força*. A ti a minha eterna gratidão pela rica amizade e pelas gargalhadas sem motivo!

À Silvia Palotti Polizel, que tanto me fez rir com suas intermináveis e deliciosas “palestras” noites adentro. Silvia, a menina-moça carinhosa, doce, exaustivamente dedicada; às vezes espontânea demais (!). Com você aprendi que os sonhos são o alimento da alma, e que a amizade pode durar para um sempre. De ti levo o exemplo da *doçura* e da *esperança* infinitas. Eternamente grato pela amizade e pela sinceridade.

À Tatiana Pilachevsky. A você Tati, moça que me fez compreender o sentido de se ter um ideal pelo qual lutar. Inteligente, surpreendente, responsável; repouso para meu espírito; por vezes rígida nos mandos e desmandos do dia-a-dia. De ti levo o exemplo da *perseverança*. A minha eterna gratidão pela amizade fraterna e por “pensarmos igual”.

À Jéssica Katley Miranda Ferreira, a geógrafa que virou geóloga. A você Jéssica, que me alegrou a vida durante os momentos de indecisão e de insegurança no duro primeiro ano. Sempre terna, carinhosa e amável; ouvido atento às minhas reclamações. Obrigado por me fazer amigo mesmo distante. De ti levo o exemplo da *ternura*. Para um sempre, muito obrigado!

Ao Anderson Costa Oliveira, o eterno amigo, mesmo que distante. A você Dérson, com quem compartilho os segredos da vida, e que conhece a mim mais que eu mesmo. Obrigado pelo sorriso constante, pela ironia criativa, pela felicidade sempre estampada no rosto. De ti levo o exemplo da *amizade* e da *confiança*. Saudações eternas!

Ao Emerson Costa Oliveira, pelo companheirismo de outrora evoluído na amizade de hoje. Minha referência de inteligência, sabedoria e dedicação. De ti levo o exemplo da *compreensão*. Obrigado por participar de minha caminhada!

À Sarah Pereira Ribeiro, quem sempre me alegra na lembrança dos tempos idos, das bobagens e risos “sem sentido” e dos medos do futuro. De ti levo o exemplo da *fé* na vida.

À Teresa Cristina Rosim Monteiro. Tê, a minha veterana predileta, sempre com um sorriso nos lábios! A você, pelas palavras doces e meigas e sobretudo pela compreensão e auxílio em minhas crises existenciais. De ti levo o exemplo da *espontaneidade do espírito*. Para sempre em meu coração!

À Lilian Rabethge; de ti levo o exemplo da *praticidade*. Grato pelas boas risadas, pelos elogios e pela crítica às mesmices acadêmicas.

Ao Gerson Petrucelli Neto; de ti levo o exemplo da *persistência acima de tudo*. Obrigado por me fazer compreender o significado do apesar de. Muito obrigado!

Ao Marcos Paulo Fornazieiro, o amigo que gostaria de ter conhecido antes; de ti levo o exemplo da *candura*. Obrigado por nos conhecermos!

À Vitória Sanchez Marchesi, a quem também gostaria de ter conhecido antes; de ti levo o exemplo da *coragem* e da *ousadia* para viver.

Ao Alessandro Faria Monteiro de Sousa, por também contribuir para minha formação com a crítica às mesmices acadêmicas, e de quem levo o exemplo do *bom senso* na crítica social.

A 49ª turma de Geografia, por me acolher ao longo de cinco anos. Obrigado por todos os encontros e desencontros. De nós levo a certeza da luta pela renovação dos pensamentos.

A todos os professores (inclusive aqueles, digamos, “incompatíveis de espírito”), funcionários da UNESP (idem) e todos que passaram por minha vida nestes anos de graduação, me apoiando e me incentivando de alguma forma no processo do conhecer.

À sociedade brasileira, por me permitir o privilégio de participar minimamente da construção do pensamento nacional confiando a mim a responsabilidade de representá-la, e de algum modo contribuir com a formação da cultura geográfica.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, pelo apoio financeiro ao desenvolvimento deste trabalho.

Muito obrigado!

Cinco anos na universidade me renderam cinco lições:

- 1 – O trabalho em excesso não produz saber, mas conhecimento.
- 2 – O conhecimento abre portas, mas por si só não garante a felicidade do espírito.
- 3 – A felicidade do espírito não depende unicamente de nós, posto que somos seres sociais.
- 4 – Uma vez sociais, as pessoas à nossa volta devem ser mais importantes que as posses.
- 5 – Posses são apenas uma manifestação do que podemos fazer com a nossa inteligência. E apenas isso.

## RESUMO

É lugar-comum apoiarmo-nos na noção de que o pensamento se manifesta a partir de um contexto histórico e geográfico que revela os particularismos do sujeito pensante. Nos caminhos e descaminhos do pensamento, a literatura mostra-se como meio ao mesmo tempo facilitador e permissivo da possibilidade de expressão do pensar, a partir da linguagem escrita, a depender também das temporalidades e das espacialidades que lhe dizem respeito. Partindo da identificação de uma matriz dominante de pensamento, dada pelo positivismo comtiano e pelo neopositivismo ou positivismo lógico, de um contexto histórico e geográfico imbuído de características definidoras de temporalidades e de espacialidades próprias e da perspectiva da linguagem escrita como meio e como suporte para a expressão do pensamento, é que propomos discutir os indícios que identificam na narrativa de Lobato expressa em *Geografia de Dona Benta*, obra datada de 1935, uma ideia de espaço e de nação. Que noções de espaço geográfico narra Lobato? Quais suas referências ao tratar de paisagem e de território? Qual representação de nação e de identidade nacional propõe em sua narrativa? Perseguindo esse propósito, buscamos contribuir com a substantivação do conhecimento geográfico a partir de um esforço de crítica a respeito do pensar e do fazer a Geografia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço geográfico. Paisagem. Território. Identidade nacional. Monteiro Lobato.

## **ABSTRACT**

It is commonplace to rely on the notion that thought is expressed from a historical and geographical context that reveals the special nature of the thinking subject. In ways and wanderings of thought, the literature shows up as a means both permissive and facilitating the possibility of expression of thought, from the written language, also depend on the temporalities and spatialities that concern you. Based on the identification of a dominant matrix of thought, given by comtean positivism and the neopositivism or logical positivism, a historical and geographical context imbued with the defining characteristics of temporalities and spatialities own perspective and written language as a medium and as support for expression of thought is that we propose to discuss the clues that identify the Lobato narrative expressed in Geography of Dona Benta, a work dating from 1935, an idea of space and nation. What notions of geographic space tells Lobato? What are your references to address landscape and territory? What representation of nation and national identity proposes in his narrative? Pursuing this aim, we seek to contribute to the substantiation of geographical knowledge from a critical effort of thinking about and doing geography.

**KEY WORDS:** Geographic space. Landscape. Territory. National identity. Monteiro Lobato.

**LISTA DE ANEXOS**

**ANEXO A – CONTRA LOBATO.....75**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
Considerações sobre o método e os procedimentos de método da pesquisa.....	12
<b>CAPÍTULO 1 - GEOGRAFIA E LITERATURA: INTERFACES ENTRE CIÊNCIA E FICÇÃO</b> .....	18
1.1 – O maravilhoso na “Geografia de Dona Benta”.....	22
<b>CAPÍTULO 2 – A CONCEPÇÃO DE ESPAÇO GEOGRÁFICO NA GEOGRAFIA DE DONA BENTA</b> .....	30
<b>CAPÍTULO 3 – SOBRE A CONCEPÇÃO DE PAISAGEM NA GEOGRAFIA DE DONA BENTA</b> .....	36
<b>CAPÍTULO 4 – A CONCEPÇÃO DE TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA DE DONA BENTA</b> .....	41
<b>CAPÍTULO 5 – “IDENTIFICANDO O BRASIL”: A IDENTIDADE NACIONAL NA GEOGRAFIA DE DONA BENTA</b> .....	46
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	65
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	69
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</b> .....	73
<b>ANEXOS</b> .....	75

## INTRODUÇÃO

### Considerações sobre o método e os procedimentos de método da pesquisa

Considerando a pertinência cultural da obra de Monteiro Lobato (1882 – 1948) no que toca a sua contribuição sobretudo à literatura infantil, realizamos este estudo, cujo mote central é a análise do conhecimento geográfico expresso na narrativa contida na *Geografia de Dona Benta*, datada de 1935.

Como conhecimento geográfico sinalizamos para os conceitos que dão corpo à noção de espaço geográfico, objeto maior da Geografia científica; deste modo, para a análise que desenvolvemos, atentamos para a pertinência dos conceitos de espaço geográfico, paisagem e território, além da noção de identidade nacional contida na narrativa em questão, com o intento de compreender, à luz do paradigma conceitual vigente à época, a maneira como o autor divulga seu pensamento de Geografia.

Da necessidade de enquadrar a pesquisa quanto à natureza processual de organização e sistematização dos dados, consideramos partir do seguinte feixe de classificações: trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter documental e remetente ao que se denomina paradigma indiciário, que a princípio podemos interpretar como uma proposta de método ao conhecimento científico.

Deste feixe primário de classificações, que trataremos nesta seção, derivam outros, tal como o que identifica o processo de seleção dos materiais utilizados na elaboração da pesquisa, o *corpus* da pesquisa, que em nosso caso são as obras científicas necessárias à fundamentação teórica e a obra literária selecionada para análise, a *Geografia de Dona Benta*, da autoria de Monteiro Lobato.

A palavra *corpus*, vinda do latim (plural *corpora*), significa simplesmente corpo e, no âmbito da pesquisa, é designado como um conjunto de materiais, “um conjunto de textos” que tenha funções simbólicas. *Corpus*, para Barthes (1971), é um sistema pesquisado: “é uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, conforme certa arbitrariedade (inevitável) em torno da qual ele vai trabalhar.” (p. 104). Nesse sentido, nosso *corpus* são os documentos compilados que compõem o conjunto de materiais empregados na análise de nossa pesquisa, abrangendo textos escritos ou referentes à época de Monteiro Lobato e também textos de suporte bibliográfico.

Os documentos compilados, em especial a obra selecionada para análise, apresentam-se como objeto cultural, pois fazem parte da história cultural. Tais objetos culturais permitem

compreender como um determinado gênero literário surgiu em um determinado contexto sócio-político-econômico; sendo assim, a *Geografia de Dona Benta* pode ser considerada um objeto portador de ideologia, de cultura e de valor, inserido na história cultural.

Para analisar o conhecimento geográfico contido na *Geografia de Dona Benta* desenvolvemos, como apontado anteriormente, uma pesquisa bibliográfica, de caráter documental. E, no âmbito do procedimento em foco, optamos pela pesquisa qualitativa no sentido de que: “[...] a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 50); “[...] a investigação terá um cunho descritivo e interpretativo” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 48); “[...] não há preocupação direta com a generalização dos fatos estudados.” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 65).

De acordo com Ludke e André (1986), documentos “não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.” (p. 39). Sendo assim, empregamos na pesquisa o procedimento da análise documental, que implica em um viés qualitativo, entendendo os documentos como:

[...] quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano, podendo incluir: “leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografia, jornais, revistas, discursos, roteiros de programa de rádio e de televisão, estatísticas e arquivos escolares.” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 38).

Para uma pesquisa amparada na análise documental é necessário considerar que a análise varia de acordo com o material a ser estudado, e a escolha de um documento deve seguir um dado propósito; para a análise documental comportada pela pesquisa foi valiosa a contribuição de Carlo Ginzburg com *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* (1999), em que nos apresenta uma proposta de método fundamental ao pretendido pelo estudo. De acordo com suas investigações literárias, este autor nos aponta a insurgência de um paradigma nas ciências humanas – entre as quais entendemos a Geografia melhor acomodar-se – em fins do século XIX, pouco percebido pelos pensadores à época e de imediato desprezado.

Em linhas gerais, os fundamentos deste paradigma remetem à publicação de relatos de crítica da arte pelo médico e especialista de arte italiano Giovanni Morelli entre 1874 e 1876, cuja técnica investigativa de atenção aos detalhes e pormenores de obras artísticas consagradas, assemelhada mesmo a uma investigação criminal, rendeu-lhe, à sua época, a

distinção precisa de obras de arte originais e copiadas, levando à reorganização de exposições em vários museus da Europa. O trecho que segue revela alguns aspectos deste propósito:

Vejamos rapidamente em que consistia esse método. Os museus, dizia Morelli, estão cheios de quadros atribuídos de maneira incorreta. Mas devolver cada quadro ao seu verdadeiro autor é difícil: muitíssimas vezes encontramos-nos frente a obras não-assinadas, talvez repintadas ou num mau estado de conservação. Nessas condições é indispensável poder distinguir os originais das cópias. Para tanto, porém (dizia Morelli), é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros: os olhos erguidos para o céu dos personagens de Perugino, o sorriso dos de Leonardo, e assim por diante. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés. Dessa maneira, Morelli descobriu, e escrupulosamente catalogou, a forma da orelha própria de Botticelli, a de Cosmè Tura e assim por diante: traços presentes nos originais, mas não nas cópias. Com esse método, propôs dezenas e dezenas de novas atribuições em alguns dos principais museus da Europa. Frequentemente tratava-se de atribuições sensacionais: numa Vênus deitada conservada na galeria de Dresden, que passava por uma cópia de uma pintura perdida de Ticiano feita por Sassoferrato, Morelli identificou uma das pouquíssimas obras seguramente autógrafas de Giorgione. (GINZBURG, 1999, p. 144).

O paradigma indiciário ou Método Morelliano, desenvolvido a partir da investigação atenta e pormenorizada aos detalhes e às particularidades contidas nas obras artísticas, justifica-se pela noção de que há sinais, indícios, que permitem decifrar os pontos opacos da realidade, competindo à intuição – a intuição mesma permitida pelos sentidos – captar tais indícios. Nos termos de Ginzburg (1999):

Se as pretensões do conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a idéia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a

realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.

Essa idéia, que constitui o ponto essencial do paradigma indiciário ou semiótico, penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas. (p. 177).

Na continuidade da argumentação sobre o paradigma por ser “descoberto”, Ginzburg assinala ainda que os saberes captáveis a partir da atenção aos indícios, aos sinais, se apresentam como formas de saber tendencialmente mudas, de modo que não constituem saberes modulados por regras formais. “Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.” (GINZBURG, 1999, p. 179).

Ainda, o autor aponta para a existência daquilo que ele próprio denomina intuição alta e intuição baixa, e interpreta a intuição a partir da condição animal, logo entendendo o homem também como possuidor de uma natureza animal. O paradigma indiciário relaciona-se com a intuição no sentido de que:

Essa “intuição baixa” está arraigada nos sentidos (mesmo superando-os) – e enquanto tal não tem nada a ver com a intuição supra-sensível dos vários irracionalismos dos séculos XIX e XX. É difundida no mundo todo, sem limites geográficos, históricos, étnicos, sexuais ou de classe – e está, portanto, muito distante de qualquer forma de conhecimento superior, privilégio de poucos eleitos. [...] Une estreitamente o animal homem às outras espécies animais. (GINZBURG, 1999, p. 179).

Ao perguntarmos sobre a validade do paradigma indiciário quanto ao seu rigor, encontramos em Ginzburg um argumento tecido a partir da recuperação da história do conhecimento científico, remetendo a questão do método sinalizada por Galileu no século XVII:

Mas pode um paradigma indiciário ser rigoroso? A orientação quantitativa e antropocêntrica das ciências da natureza a partir de Galileu colocou as ciências humanas num desagradável dilema: ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância. Só a

linguística conseguiu, no decorrer deste século, subtrair-se a este dilema, por isso pondo-se como modelo, mais ou menos atingido, também por outras disciplinas.

Mas vem a dúvida de que *este tipo* de rigor é não só inatingível mas também indesejável para as formas de saber mais ligadas à experiência cotidiana – ou, mais precisamente, a todas as situações em que a unidade e o caráter insubstituível dos dados são, aos olhos das pessoas envolvidas, decisivos. (GINZBURG, 1999, p. 178-179 – grifo do autor).

Procurando pelos detalhes e particularidades que atribuem identidade própria a narrativa de Lobato é que desenvolvemos a análise da *Geografia de Dona Benta*, entendendo que o rigor científico pretendido pela pesquisa nas ciências humanas advém também das experiências de leitura, da captação dos indícios reveladores dos contextos de elaboração do pensamento, muito mais que apenas da “orientação quantitativa” ou puramente racional historicamente consagrada e característica dos métodos mais usuais da pesquisa científica.

Para esta análise, tomamos como válida a interpretação de Bondía ao indicar que os textos constituem uma representação de nós mesmos, a impressão de nossa identidade, que nos permite construir diálogos conosco e com o leitor. Sendo assim, as representações de nós mesmos encerram em si aquilo que nos dá sentido, aquilo que nos passa:

[...] quién somos como sujetos autoconscientes, capaces de dar un sentido a nuestras vidas y a lo que nos pasa, no está más allá, entonces, de un juego de interpretaciones: lo que somos no es otra cosa que el modo como nos comprendemos; el modo como nos comprendemos es análogo al modo como construimos textos sobre nosotros mismos; y como son esos textos depende de su relación con otros textos y de los dispositivos sociales en los que se realiza la producción y la interpretación de los textos de identidad<sup>1</sup>. (BONDÍA, 1996, p. 464).

---

<sup>1</sup> “[...] o que somos como sujeitos autoconscientes, capazes de dar um sentido a nossas vidas e ao que nos passa não está mais para lá de um jogo de interpretações: o que somos não é outra coisa que o modo como nos compreendemos; o modo como nos compreendemos é análogo ao modo como construímos textos sobre nós mesmos; e como são estes textos depende de sua relação com outros textos e de outros dispositivos sociais em que se realiza a produção e a interpretação dos textos de identidade.” – tradução nossa.

Adotamos como válida também a interpretação de Bauer, Gaskell & Allum (2002) ao se referirem à escolha da técnica de pesquisa; para estes autores, o modo como os resultados são recebidos e por quem são recebidos é “fator mais importante para a possibilidade de uma ação emancipatória do que a escolha da técnica empregada.” (p. 35). Na expectativa de uma contribuição positiva deste trabalho para o pensamento geográfico tomamos este pressuposto como mote de pesquisa.

## **CAPÍTULO 1 – GEOGRAFIA E LITERATURA: INTERFACES ENTRE CIÊNCIA E FICÇÃO**

Não se pode revogar a importância da Geografia como a ciência que se preocupa com o conhecimento e com o entendimento do espaço geográfico. Desde as sociedades ditas primitivas até o homem social contemporâneo a precisão, a necessidade de especulação geográfica, é uma necessidade básica, fundamental e intrínseca ao homem, necessidade de posicionar-se em relação ao lugar que vive, pelo anseio de entender o espaço em que se vive. (MONTEIRO, 2002).

Na independência do modelo epistemológico vigente em cada período da história do pensamento geográfico, o espaço geográfico institui-se como o conceito balizador de onde partem todas as análises que se pretendem geográficas, a ponto de fazer-se como objeto maior da Geografia. No atual período de construção do conhecimento científico, marcado pela fragmentação de conteúdos e pela intensa especialização na formação acadêmica, reflexo direto da situação econômica e cultural global promovida pelo paradigma neoliberal, várias geografias se multiplicam, se superpõem, conflitam ou se opõem na difícil tarefa de entender o mundo pelo viés espacial.

Na esteira do processo de fragmentação do conhecimento científico, no qual o conhecimento geográfico se insere, emerge uma contracorrente que, ao lado das tendências epistemológicas tradicionais neopositivista, estruturalista e materialista histórica, rotula-se de “humanista”:

Entre os reclamos do rigor científico via quantificação e dos impulsos ideológicos em prol de “justiça social”, o reaparecimento de um interesse na forma de “descrição” vem mostrar o quanto está sendo difícil e divergente a discussão-interpretação do mundo de hoje. (MONTEIRO, 2002, p. 13).

No bojo da tendência humanista de concepção do conhecimento científico encontramos a possibilidade, ao se pensar na Geografia, da relação desta ciência com o que a Literatura, por exemplo, possa oferecer como elemento agregador ou desagregador de saberes para a formação do conceito de espaço geográfico. Como indica Monteiro (2002), “a atual preocupação com um conhecimento mais conjuntivo, uma pregação das virtudes do ‘holismo’ e a proposta de uma Nova Geografia Humanística, poderá promover um benéfico contato com a Literatura.” (p. 234). Neste sentido:

Não se quer dizer, de nenhum modo, que a criação literária substitua a Geografia, mas é preciso que se considere uma possibilidade de complementação enriquecedora. [...] E reconhecer também que, por mais tabelas de dados e comprovações científicas que uma análise geográfica possa fornecer, haverá uma possibilidade de que um artista criador – na alta literatura – com outros recursos tenha o poder de criar uma “realidade infinita.” (MONTEIRO, 2002, p. 234-235).

Como aponta Monteiro (2002), a revisão por que passa a investigação científica no período atual reconhece as limitações da ciência geográfica e acena para novas perspectivas e possibilidades de corrigir os exageros até então criados. “Da procura de um conhecimento (epísteme) mais conjuntivo, harmonizando os diferentes saberes, concomitantemente à elaboração de uma nova “razão”, advirá fatalmente uma outra Nova Geografia.” (MONTEIRO, 2002, p. 137).

Ao ser sistematizado no início do século XX, o conhecimento geográfico científico mostra-se, nesse processo, revestido de certa autonomia em relação aos demais tipos de conhecimento, como o filosófico, o matemático e, em especial, ao conhecimento literário.

Alguns autores, entre eles Lima (2000), nos confirmam esta autonomia do conhecimento geográfico científico ao nos revelar que a atividade literária e a atividade geográfica andaram juntas no decorrer da história, mas que a separação entre as mesmas deveu-se ao “fato da Geografia ter-se tornado uma ciência independente dos demais conhecimentos” (p. 17). Por ciência independente entendemos um corpo de conhecimentos organizados em torno de um objeto próprio, o qual possa ser explorado a partir de diferentes perspectivas da realidade; e a Geografia enquanto ciência independente se volta para o espaço geográfico como objeto primeiro de compreensão. Como área do conhecimento científico, a Geografia:

[...] sempre expressou (desde sua autonomia) sua preocupação com a busca da compreensão da relação do homem com o meio (entendido como entorno natural). Neste sentido ela se diferenciou e se contrapôs às demais ciências, que por força de seus objetos e das classificações, foram individualizadas em Ciências Naturais e Sociais. Este paradoxo acompanha a Geografia, ainda que hoje possa ser seu privilégio. Constitui um paradoxo, porque, na medida em que na Modernidade se expandiu a racionalidade e se constituiu a ciência

moderna, o caminho foi a disjunção, a separação, a compartimentação do conhecimento, a divisão entre as ciências naturais e as ciências sociais. (SUERTEGARAY, 2001, p. 2).

Em decorrência da diferenciação “interna” entre conhecimentos naturais e conhecimentos sociais ocorrida na Geografia como campo de saberes, esta ciência impossibilitou-se de uma construção unitária e de um lugar preciso entre as ciências. Segundo Suertegaray (2001) isto dificultou, para a Geografia, “a construção de um método, pois propunha-se a unidade natureza-sociedade num contexto científico onde estas dimensões disjuntas perseguiram métodos diferentes.” (p. 2).

Entretanto, para além apenas da questão da diferenciação metódica entre as dimensões de natureza e de sociedade, também somos levados a perceber a cisão interna da Geografia como decorrente dos contextos políticos e culturais, portanto históricos, por que atravessou e por que foi atravessada esta ciência. Queremos dizer, neste sentido, que é mais recorrente, por exemplo, a interferência do contexto militar e de guerras característico dos anos 1920-1940 na construção de uma Geografia voltada para a formação de conhecimentos estrategistas e com base em teorias locacionais, que a interferência exclusiva do método ou da posição ideológica dos pensadores do espaço neste período, ainda que não se possam dissociar estes tipos de interferências. Isso significa que a realidade de uma vida de conteúdo prático fez-se mais presente na construção do conhecimento geográfico daquele período que a realidade de episteme característica daquela situação histórico-geográfica.

Embora autônomo, o conhecimento geográfico científico tem se organizado com vistas à expansão de seus campos de análise, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980 com o processo de humanização na ciência, e a presença da literatura na Geografia mostra-se, neste processo, como uma possibilidade de expansão. Com o afloramento das ideias de caráter humanista na Geografia científica, esta ciência se abre para o antropocêntrico, “[...] para o interdisciplinar, para o qualitativo e para a Fenomenologia, numa busca do sensível, da afetividade e dos fenômenos imateriais” (FERREIRA e MARANDOLA JR, 2003, apud. MARANDOLA, 2006, p. 63), abertura na qual o conhecimento literário vem exercendo influência.

Trabalhada sobretudo através do Romance, a literatura tem sido melhor aceita pela Geografia; da relação de influência do humanismo na Geografia científica, resultando em uma possível Geografia Humanística, Monteiro interpreta que para o propósito de junção entre

estes campos do conhecimento importa menos o homem modulado pelo viés econômico-produtivo e mais o homem “humano”. Deste modo atesta:

Para uma Geografia cada vez mais antropocêntrica importa menos a distinção entre as diferentes facetas do *homo economicus*, capitalista-socialista, dominador-dominado, e mais o homem verdadeiro e inteiro, homem humano. Nisso repousa o caráter dessa emergente Geografia Humanística, ligada a um “novo humanismo” que vise não ao homem ocidental judaico-cristão capitalista, mas tentando alcançar o “homem universal.” (MONTEIRO, 2002, p. 15).

Sobre a importância da literatura romanesca como possibilidade de formação de experiências geográficas, Lima (2000) parafraseando Cook (1981), argumenta que este tipo de conhecimento constitui-se num dos “[...] canais indiretos que estimula e desenvolve o conhecimento do mundo que nos rodeia através das formas de apreensão da realidade pelos indivíduos por meio da percepção sensível e profunda, alcançada por alguns escritores em suas obras.” (p. 32-33).

A possibilidade da construção de uma Geografia Literária, resultante do diálogo entre a Geografia científica e a literatura romanesca traz à tona, segundo Lima (2000) em referência a Mota (1961), a “necessidade de leituras não-técnicas em Geografia, mas que, sem dúvida, são subsídios preciosos para o entendimento e a visualização do fato geográfico.” (p. 18).

A respeito deste propósito, Monteiro (2002) contribui com a perspectiva de uma Geografia Literária, ao apontar em seus trabalhos o que chama de “conteúdo geográfico em criações romanescas”, ou seja, transcender o estudo do “lugar” no romance. Segundo o autor:

[...] o conteúdo geográfico não se poderia restringir ao “lugar”. Isto porque a indissolúvel racionalidade espacial embaralha as “escalas”; porque o espaço está irremediavelmente unido ao tempo; porque o tempo pressupõe uma variação de “sentidos”; e a fatalidade gregária do Homem diversifica e amplia os contextos sociais, políticos e econômicos que, a partir do anseio à auto-afirmação individual, refletem-se em qualquer trama romanesca. (MONTEIRO, 2002, p. 23).

Com base em Monteiro, a trama proposta pelo escritor pode vir a ser projetada no mapa, uma “estrutura espacial figurativamente estática”, percebida pelo geógrafo; e em

complemento a esta ideia, Marandola (2006) nos indica que as narrativas contidas nos romances, desenvolvidas com base em um conhecimento literário, mostram-nos as “[...] referências e representações do ambiente cultural, social e político em que foram concebidas.” (p. 64).

Ao perguntarmos pelos porquês de se estudar Geografia e Literatura encontramos em Monteiro os argumentos mais consistentes na defesa deste campo de conhecimento, há pelo menos um século iniciado. Conforme indica o autor, a noção de “lugar”, à exceção da ficção científica, da fantasia e da alegoria, contém uma verdade que pode estar além da observação e do registro sistemático dos fatos:

[...] Esta capacidade paradoxal encontrável na Literatura, ou a ela conferida pelo geógrafo, brota de um reconhecimento de que a essência ou a verdade do mundo transcende à interpretação de dados coligidos por geógrafos, historiadores e sociólogos. Não se trataria, de nenhum modo, de substituir a análise científica pela criação artística, mas apenas retirar desta (Literatura) novos aspectos de “interpretação”; reconhecê-la como um meio de enriquecimento. (MONTEIRO, 2002, p. 14-15).

Neste estudo o foco de análise ocupou-se das ideias de Monteiro Lobato contidas na obra *Geografia de Dona Benta*, publicada em 1935. Para a análise, que passa pelo entendimento das concepções de conhecimento geográfico e de identidade nacional explicitadas pelo autor, é forçoso considerar os elementos culturais que configuravam a mentalidade vigente à sua época, em especial aqueles elementos associados ao nacionalismo e a exaltação da cultura brasileira em face da cultura estrangeira.

### **1.1 – O maravilhoso na “Geografia de Dona Benta”**

Discutindo a *Geografia de Dona Benta* a partir da “imaginação criadora”, conceito que designa um real imaginado possível, alcançável, Cardoso (2008) atesta que:

[...] para os padrões de hoje, as obras de Lobato trazem muitas vezes dados que necessitam de atualização: o contexto histórico em que as obras foram escritas, com linguagem e valores distanciados do momento atual, poderia afastar leitores contemporâneos. (p. 294).

A atualização dos conceitos é sempre um fator determinante para a interpretação de uma realidade; forçar as conceituações constitui um exercício de renovação dos valores e das possibilidades de experiência, construindo visões de mundo mais coerentes com uma perspectiva de compreensão das totalidades formadoras do real.

Na *Geografia de Dona Benta*, Lobato desenvolve um raciocínio geográfico partindo de conceitos e de conteúdos de Geografia próprios de sua época, o que conduz a um esforço de atualização na interpretação de sua obra para o momento atual. Esta asserção se constata, por exemplo, pelo referencial de progresso e de crescimento econômico da sociedade brasileira adotado pelo autor, concebido a partir da exploração dos recursos do meio não modificado pela ação humana, recursos estes como o petróleo, as madeiras e os frutos “selvagens”, além da exploração intensiva do meio alterado, como o das lavouras de café, de cana-de-açúcar e de laranja, realidades do meio extrativista e do meio rural da época vivida pelo autor e que não caracterizam necessariamente a realidade atual do rural brasileiro.

A respeito do ideal de progresso de Lobato, o episódio da passagem pela Amazônia brasileira expressa o descontentamento do escritor em relação ao descrédito da política nacional de exploração do látex das seringueiras da região. No diálogo entre Dona Benta e Pedrinho sobre as explorações holandesa e inglesa na Amazônia em fins do século XIX e início do século XX, e na explicação sobre o sistema de *plantation* adotado por estes impérios em terras malaias, Lobato expõe:

- Porque, nas plantações [da Malásia], as árvores estão todas reunidas num mesmo ponto, ao passo que na Amazônia estão espalhadas de mistura com muitas outras espécies vegetais. Em cada alqueire de mata nativa, por exemplo, encontram-se de 20 a 40 árvores de borracha; ora, num seringal plantado todas as árvores desse alqueire são de borracha. A concorrência torna-se impossível.
- E por que os amazonenses não a cultivam pelo sistema do café, fazendo grandes borrachais, como há grandes cafezais? – inquiriu Pedrinho.
- Era o que deviam ter feito, mas não fizeram, e o resultado foi perderem o negócio. A única tentativa semelhante foi promovida pelo Ford dos automóveis, mas não obteve sucesso devido ao elevado custo de fixação naquela inóspita região. (LOBATO, 1988, p. 42 - modificado).

Ao trazermos o discurso de progresso e de crescimento econômico proposto por Lobato para a realidade brasileira atual, corremos o risco de um choque ideológico, já que as noções de progresso e de crescimento atuais envolvem elementos antes não considerados como de indispensável importância, a exemplo da preservação e da manutenção do meio ambiente natural, que hoje representam fatores limitadores da exploração humana sobre este meio.

Sendo assim, é compreensível que a validade da narrativa de Lobato seja diretamente proporcional a uma atualização de bases e de conceitos, incitando um resgate da história como método fundamental na interpretação de fatos e de eventos. Cardoso (2008) constata esta afirmação ao concordar com a atualização especialmente dos elementos-chave presentes na narrativa, como os valores morais, sociais, políticos e econômicos, de modo que o leitor da época atual possa conhecer o Brasil das décadas de 1920, 1930 e 1940.

Mas se por um lado a narrativa de Monteiro Lobato apresenta elementos pendentes de atualização, por outro, é inegável a força e a pertinência do *maravilhoso* presente em seu pensamento. Na perspectiva do maravilhoso, espaço e tempo são construções trabalhadas pelo autor de uma maneira renovadora, sobretudo em se considerando o momento histórico relativo à sua produção literária, dominado por uma elite intelectual conservadora e essencialmente racional. A aliança do fantástico e do maravilhoso...

[...] resulta de uma relação efetiva e primordial entre os espaços e os homens; ela incita a distinguir, imaginariamente, os lugares reais a partir de seus prolongamentos oníricos. O imaginário espacial vai nascer das variações perceptíveis e sensíveis que uma experiência concreta e irreduzível, mas bastante geral, inscreve na nossa prática cotidiana. Uma geografia sentimental das ruas e das edificações, dos parques, dos cafés, de um quarteirão vem, então, se sobrepor àquela dos usos calculados e das obrigações. (LEGROS et. al. 2007, p. 88).

No aspecto da composição das personagens, o maravilhoso na narrativa de Lobato se vai construindo com o propósito de delimitar a personalidade de cada uma na referência a sua função social, refletindo os tipos e aspectos humanos pelo autor observados e idealizados.

Rapidamente, a narrativa que dá corpo a *Geografia de Dona Benta* consiste na aventura das personagens lobatianas por regiões e países do mundo a bordo de um navio fictício, o “Terror dos Mares”, de modo que em cada passagem ou parada são feitas algumas

considerações a respeito dos modos, dos costumes, dos aspectos econômicos, sociais e culturais respectivos, justapondo observações empíricas e juízos de valor emitidos pelo autor.

Deste modo, na função de cientista como representante máximo de um saber verdadeiro e condutor dos demais conhecimentos, Lobato se vale da personagem de Dona Benta, que traz no peso dos anos vividos a sabedoria de quem pode ensinar aos que ainda não podem aprender por si mesmos. Note-se aí uma clara referência ao ideal de educação pertinente ao paradigma do Positivismo e do Positivismo Lógico, posicionamentos filosóficos predominantes no início do século XX, nos quais o conhecimento possui uma dimensão cumulativa, obedecendo à lógica do indivíduo mais velho como necessariamente o mais apto a educar<sup>2</sup>.

Na função de servente, representando a classe iletrada e abstraída da cultura oficial, Tia Nastácia: negra, religiosa, filha de escravos e impregnada por uma ode de termos carregados de senso comum e de referências religiosas. A passagem pela cidade de Nova Iorque, no capítulo XIV – Os Andes, Vulcões, Nova Iorque, expõe traços da personalidade desta personagem tão significativa:

Lá pelas dez horas chegaram. Tia Nastácia nem queria acreditar nos seus olhos, quando os gigantescos arranha-céus próximos aos cais começaram a ser vistos de perto.

- Nossa Senhora! – exclamava ela. – Aquilo é arte do diabo, Sinhá! Pois onde é que já se viu casas desse tamanho?

- São mais que casas, boba – disse a menina. São arranha-céus.

- Arranha-céu? Pois então é mesmo o que eu disse – arte do diabo. Onde já se viu andar arranhando o céu de Nosso Senhor? Credo!... (LOBATO, 1988, p. 57).

A personagem de Tia Nastácia é emblemática na composição da obra de Lobato, sobretudo para os tempos atuais, em que a discussão a respeito do racismo é veemente. As obras de Monteiro Lobato, assim como de outros autores da literatura brasileira, não raro, e na dependência do posicionamento ideológico de quem analisa, retratam situações de racismo e de preconceito dignas de atenção. Santos (2010) em artigo intitulado “Contra Lobato”<sup>3</sup> atesta

<sup>2</sup> O conceito de educação positivista é discutido em COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva**. Tradução de José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, v. 1, 1973.

<sup>3</sup> Ver anexo A.

sua preocupação com a temática ao identificar a eterna condenação da personagem aos serviços domésticos e ao recuperar a necessidade de revisão desta condição. Conforme argumenta:

Não acho que se deva censurar qualquer autor do passado; nem mesmo, é claro, do presente. A literatura brasileira, desde Gregório de Matos, está cheia de clichês e injúrias contra o negro, o índio e o mulato. A razão deste racismo é que nenhum livro no passado foi escrito para negros – mesmo quando escrito por negros. [...]

Quem pede censura a escritores talvez não saiba bem o que é literatura, qual a especificidade dela. Bula de remédio, tratado científico, discurso político não são literatura. Por quê? Porque não nos apresentam o possível como real, o que não aconteceu mas poderia ter acontecido como verdadeiro. [...] Os ficcionistas não estão obrigados ao “politicamente correto.” (p. 10).

Representando a juventude que deseja conhecer, Pedrinho e Narizinho, netos de Dona Benta, trazem consigo a figura do público-alvo de Lobato, as crianças. Ao longo da narrativa a construção destas personagens vai sendo feita através do diálogo entre um saber escolar e o saber científico, frequentemente atribuindo ao saber científico a palavra final.

Emília, a boneca de pano, é talvez a personagem mais significativa de todas as construídas por Lobato. A ausência de alma, a redução da carga de sentimentos e a postura questionadora a tornam porta-voz do ideal de neutralidade pretendido pelo cientista positivista, a partir de um modelo de ciência calcado na relação de “causa e efeito” e no determinismo das ações, referenciando um modelo darwinista de ciência.

Em momentos propositalmente construídos, as atitudes da personagem Emília revelam ar de arrogância e ao mesmo tempo de ousadia criativa, expondo uma personalidade por vezes obtusa em relação aos sistemas de ideias que a circundam. Ainda nas primeiras discussões a respeito da forma da Terra (Lobato traça um percurso lógico para traçar a contenção de uma escala espacial em outra, dado pelo caminho: universo, planeta Terra - “miolo da Terra”, países, lugares), Emília lança mão de um procedimento de pesquisa científico muito recorrente, a comprovação:

- Pois vamos lá – continuou Dona Benta. – Como vocês sabem, a Terra é redondinha.

- **Prove! – exigiu Emília. – Aqui comigo não basta dizer; é preciso provar, ali na batata!**

- Há muitos meios de provar a redondeza da Terra, e na “Viagem ao Céu”<sup>4</sup> já discutimos isto. O melhor meio, porém, é viajar. Se você sair daqui e for caminhando sempre na mesma direção, sabe o que acontece? Acaba voltando exatinho ao ponto de partida. (LOBATO, 1988, p. 12 – grifo nosso).

O episódio da passagem pela cidade de Nova Iorque é também ilustrativo da ousadia característica de Emília, na defesa de Quindim, o rinoceronte trazido da África para o sítio de Dona Benta, em uma discussão com um policial local:

- Que bobagem! Pois já não disse que Quindim não morde, nem chifra?

- Sim – retrucou o policial – mas por via das dúvidas faça o que recomendo. É o meio de reconciliar tudo. Temos aqui leis municipais que determinam isso.

Emília quis continuar a discussão, pedindo para ver as tais leis. Dona Benta, porém, chamou-a à ordem.

- Basta, Emília. Não se mostre tão exigente. Que custa botarmos em Quindim uma focinheira e uma bola na ponta do chifre? Fazendo isso, acatamos as leis do país e os policiais nos deixarão sossegados. (LOBATO, 1988, p. 59).

Insistindo na personagem de pano, Kristeva (1974) parafraseada por Santos (2009) estabelece uma relação entre o tipo de material do qual a boneca é feita com o processo criativo de Monteiro Lobato que nos permite compreendê-la como uma personagem não acabada, porque modulada de acordo com as situações que se passam, tal como deve ser o cientista na ótica positivista: um experimentador mais que um experienciador.

Assim como Emília é feita da junção de panos, o universo ficcional lobatiano também é formado pela junção/“assimilação” de diferentes universos ficcionais. Da mesma forma como Emília é formada por conjunto de tecidos, a obra infantil de Lobato “se constrói como mosaico de citações.” (p. 106).

---

<sup>4</sup> LOBATO, José Bento Monteiro. **Viagem ao Céu**. São Paulo: Brasiliense, 1958, 152 p.

Também o Visconde de Sabugosa, um sabugo de milho falante e muito sábio, completa o rol de personagens criadas por Lobato para compor sua narrativa e, embora incorporando o conhecimento nos seus mais diversos tipos, a personagem é pouco explorada pelo autor. Na Geografia contada por Dona Benta, ao Visconde coube a função de *steward*, um “faz-de-tudo”, ocasionalmente solicitado para solucionar as dúvidas de Emília, de Pedrinho e de Narizinho.

A presença de Visconde se nota relevante em apenas dois episódios: um, quando da sua queda ao mar pela passagem de um tufão que o varrera do navio, despertando temor na tripulação ao se ver apartada do mandado (p. 51); e outro, quando da solicitação ao sabugo para comparecer a universidade de Princeton, a fim de ser condecorado com o título de doutor honorífico, dada a sua rica sabedoria (p. 61).

De acordo com Santos (2009) “[...] Lobato põe para contracenar personagens totalmente díspares e, por meio dessa junção, possibilita o conhecimento da história de uma civilização e conduz o leitor a uma reflexão crítica do desenvolvimento da humanidade.” (p. 104). Para além deste pensamento, podemos interpretar que Lobato lança a possibilidade do convívio entre diferentes tipos de conhecimentos e de saberes e, ainda que indiretamente, promove uma mudança no modo de se produzir conhecimento, ao unir pela narrativa literária elementos de ciência, de senso comum e de arte<sup>5</sup>. Neste sentido, cabem ainda as palavras de Kristeva (1974) ao argumentar que “[...] Lobato demonstra que seu universo ficcional é um complexo ‘mosaico de citações’, confirmando a tese de que ‘todo texto é absorção e transformação de um outro texto.’” (p. 64).

O maravilhoso nas personagens de Lobato, construído a partir de uma lógica de possibilidades da imaginação sobre um concreto pensado, se faz refletir também em um e por um maravilhoso do espaço-tempo. Da aglutinação entre personagens e espaço-tempo, Lobato cria uma realidade estabelecida em uma espacialidade e em uma temporalidade paralelas às do mundo real concebido, do mundo vivido no sítio de Dona Benta; e na medida em que a

---

<sup>5</sup> A aproximação de Lobato com a arte, ou com os seus produtos, é bastante relevante. Em uma de suas máximas: “Tudo morre, tudo passa, tudo desaparece levado pelo rio do Tempo – menos a obra de arte” (1988, p. 88), concebendo a sua obra como produto de arte, o autor parece imortalizar o conhecimento nela contido, de modo que, sendo a literatura também uma expressão artística, possa ser aproveitada em diferentes momentos da história. Sobre esta temática é interessante a expressão de Lévy (2006), em referência a Marcuse, ao indicar que, para este autor: “[...] a arte julga um papel revolucionário, rompe com o monopólio da realidade estabelecida. Assim, a literatura se revela como uma aposta cultural e ideológica, não somente na escala individual, mas também coletiva.” (p. 408 – tradução nossa).

narrativa se vai construindo, vão sendo criados estes espaços e estes tempos, embora obedientes a uma ordem natural dos acontecimentos, que envolve o respeito aos limites físicos do terreno e as possibilidades de locomoção.

A limitação sobretudo ao espaço material é uma característica da *Geografia de Dona Benta* que é menos percebida em outras obras de Monteiro Lobato, como em *Reinações de Narizinho* (1931), por exemplo, onde se observa que “a incorporação de pós mágicos e as transformações por encantos” rompem com a “limitação espacial e com a cronologia linear.” (SANTOS, 2009, p. 104).

Da perspectiva do maravilhoso é interessante o argumento de Santos (2009), quando aponta que:

Mais do que um simples expediente literário capaz de superar os entraves narrativos, verificamos que a presença do maravilhoso no universo ficcional lobatiano torna-se uma maneira de propiciar a isenção de questões densas de modo mais leve, adequando-se ao nível intelectual do leitor infantil. (p. 105).

Por certo, a chave de entendimento da *Geografia de Dona Benta* está associada ao envolvimento do leitor com realidades permitidas a partir de uma lógica pautada na imaginação como um instrumento criador e reproduzidor de situações e de ações, vivenciáveis na medida em que remetem a um mundo real concreto e vivido. Imaginar, em Lobato, significa assim, estar atento para aquilo que se passa aos olhos e a mente.

## CAPÍTULO 2 – A CONCEPÇÃO DE ESPAÇO GEOGRÁFICO NA GEOGRAFIA DE DONA BENTA

A partir da relação entre o conhecimento geográfico científico e o conhecimento literário, é importante ter em vista as contribuições que cada tipo de conhecimento possa fornecer para a formação de um conhecimento resultante que seja, no mínimo, transformador tanto da realidade geográfica quanto da realidade literária. Para Mondada (2006):

La relación entre el espacio y el lenguaje es aprehendida de manera diferente según la definición y la delimitación que se da al “lenguaje”: según se hace el acercamiento como sistema abstrato o desde el punto de vista de las prácticas del lenguaje, como se ha realizado en la literatura lingüística, el espacio desempeña el papel de entidad verbalizada por el lenguaje, de objeto descrito o representado también, de medio en el cual se ancla la palabra.<sup>6</sup> (p. 434).

Esta perspectiva relacional nos propõe que compreender o espaço geográfico é antes uma atividade de entendimento da linguagem, sendo a linguagem a responsável pela atribuição dos sentidos que indicam as possibilidades de interpretação do espaço; deste modo, é importante considerar a maneira a partir da qual a linguagem configura este conceito. Segundo Mondada (2006):

[...] es importante [...] tomar en cuenta la manera como el lenguaje en acción configura el mundo en el cual actúa, en el cual habla, y del cual se habla: esta visión “praxeológica” reconoce que el lenguaje no solo verbaliza un mundo ya presente, sino que lo estructura, confiriéndole una cierta inteligibilidad y, en consecuencia, orientando la acción de una manera particular.<sup>7</sup> (p. 455).

---

<sup>6</sup> “Segundo a definição e a delimitação que se atribui a ‘linguagem’, a relação entre o espaço e a linguagem é apreendida de maneira diferente: conforme se dá a delimitação como sistema abstrato a partir do ponto de vista das práticas da linguagem, como se tem feito na literatura lingüística, o espaço desempenha um papel de entidade verbalizada pela linguagem, de objeto descrito, ou também representado, no qual se apoia a palavra.” (tradução nossa).

<sup>7</sup> “[...] é importante [...] levar em conta a maneira pela qual a linguagem configura o mundo no qual atua, no qual se fala, e do qual se fala: essa visão ‘praxeológica’ reconhece que a linguagem não só verbaliza um mundo já presente, mas que o estrutura, conferindo-lhe certa inteligibilidade e, em consequência, orientando a ação de uma maneira particular.” (tradução nossa).

A compreensão do espaço geográfico a partir da perspectiva da literatura, portanto, pressupõe que o espaço não preexista como tal nas descrições que o modelam, mas que seja elaborado em uma plasticidade constitutiva em torno do conceito, expandindo as possibilidades de sua interpretação; neste sentido, nega-se o caráter de retorno às coisas mesmas conferido aos objetos pela fenomenologia. Na Geografia científica contemporânea, o espaço geográfico enquanto categoria analítica tem servido como objeto de reflexão notadamente pelas correntes de pensamento do materialismo histórico-dialético e da Fenomenologia, esta em uma vertente heterodoxa.

Na perspectiva do materialismo histórico-dialético, sobretudo a partir da década de 1980, no Brasil, é relevante a contribuição de Milton Santos para a interpretação do espaço geográfico. Este autor propõe o entendimento do espaço desenvolvendo uma lógica racional com vistas especialmente à compreensão dos processos e das estruturas por ele incorporadas, associadas às formas e às funções que o espaço adota pela influência das lógicas de organização que lhes são atribuídas pelas múltiplas globalizações.

Já em relação à perspectiva fenomenológica, entendido como fenômeno de manifestação cultural, o espaço geográfico tem sido analisado especialmente a partir do viés da percepção, de modo que as subjetividades, os sentimentos e as referências de teor pessoal interpretativo, sustentadas por um rigor científico, têm se apresentado como as possibilidades mais visadas pelos teóricos e debatedores nesta perspectiva.

Sobre a possibilidade de um conhecimento geográfico plural, Lévy (2006) expõe a sua afinidade com a noção de *geosofia*, termo indicativo de um conhecimento geográfico racionalmente construído a partir de conhecimentos geográficos relativos ao senso comum, à ciência, à arte, passíveis de interpretação a partir de diferentes perspectivas metodológicas. Em suas palavras:

Cabe recordar que el neologismo “geosofia” se debe a John K. Wright (1947), para quien la geosofía era el estudio de las formas de conocimiento geográfico desde cualquier punto de vista. Así, la geosofía no sólo incluye el conocimiento geográfico científico o el conocimiento sistematizados por los geógrafos, sino también las ideas geográficas de la gente, tanto verdaderas como falsas.<sup>8</sup> [*sic.*] (LÉVY, 2006, p. 465).

---

<sup>8</sup> “Cabe recordar que o neologismo ‘geosofia’ se deve a John K. Wright (1947), para quem a geosofia era o estudo das formas de conhecimento geográfico de qualquer ponto de vista. Assim, a geosofia não

A noção que decorre da ideia de geosofia, entendemos, rompe com a perspectiva de Geografia como um conhecimento rígido do ponto de vista metódico. A julgar pelo período histórico da concepção do conceito, a atitude de Wright assemelha-se a um rompimento paradigmático com o modo de se produzir conhecimento científico, uma vez que interpreta que os aspectos do cotidiano, das sensações e da percepção também se fazem como possibilidades criadoras de saberes na ciência.

Descartando o ecletismo que reduz o conhecimento científico a aceções pouco coerentes, faz-se necessário um diálogo entre as duas possibilidades mais visadas de interpretação da categoria espaço geográfico, dadas pelo materialismo histórico-dialético e pela fenomenologia. Vejamos este diálogo.

Da definição herdada de Santos (2004), que nos propõe “[...] que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (p. 21) toma-se como válida a interpretação deste conceito como decorrente de uma conceituação híbrida, ou seja, o espaço entendido como continente de proposições normativas aplicáveis à realidade, e também como suporte material historicamente em construção. Neste sentido, o espaço geográfico se faz compreensível como um arranjo no qual coadunam as formas e as estruturas variadas historicamente - os objetos - e as funções e os processos – correspondendo às ações que lhe imprimem caráter humano.

Nas palavras de Santos (1988) “o espaço é uma estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestida de uma certa autonomia, na medida em que sua evolução se faz segundo leis que lhe são próprias.” (p. 7). A partir desta afirmação, acresce:

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável do qual participam, de um lado, um certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro lado, a vida que os anima ou aquilo que lhes dá vida. (SANTOS, 1988, p. 8).

A concepção de espaço apontada por Santos conversa com a concepção proposta por Mondada (2006), para quem o espaço apresenta-se como um espaço vivo, um espaço-ação:

---

apenas inclui o conhecimento geográfico científico ou o conhecimento sistematizado pelos geógrafos, mas também as noções geográficas das pessoas, tanto verdadeiras como falsas.” (tradução nossa).

“El espacio no es unicamente un objeto de discurso, un objeto hablado: es también un lugar a partir del cual se habla.”<sup>9</sup> (p. 436).

A partir da perspectiva de Mondada (2006) a categoria espaço geográfico amplia-se para uma discussão acerca do fenômeno vivido, propondo-se como forma e como conteúdo de si próprio, arrematando a noção de espaço como produto e como produtor da transformação de espacialidades, e também como possibilidade de expressão humana sobre estas espacialidades materialmente construídas. Conforme aponta a autora:

La apropiación del espacio por la disposición de los cuerpos, la distribución de los participantes, tomando también en cuenta las restricciones que se desprenden de las tecnologías y de los artefactos manipulados durante la interacción, contribuye a la vez a configurar la interacción y a estructurar el espacio.<sup>10</sup> (MONDADA, 2006, p. 437).

A estruturação do espaço geográfico, podemos interpretar, advém da sobreposição de práticas sociais que o configuram como elemento cultural, e são estas práticas que lhe atribuem substância viva, na medida em que o humanizam. Sobre as práticas sociais que instituem um efeito dinâmico e constitutivo sobre o espaço geográfico, “[...] son ellas las que instituyen el orden social tanto como el sentido de los eventos y los hechos. Es a través de ellas que el espacio adquiere legibilidad, y se modela en su materialidad.”<sup>11</sup> (QUÉRÉ, 1991; HERITAGE, 1992, apud. MONDADA, 2006, p. 438).

Na *Geografia de Dona Benta*, Lobato apresenta uma narrativa que deixa transparecer alguns destes aspectos apontados a respeito do espaço geográfico como construção social. O episódio da visita das personagens a Portugal, por exemplo, expressa certa preocupação do autor com a divisão e com o uso das terras agricultáveis no Brasil, em comparação com a situação das terras portuguesas, lançando a ideia da concentração territorial como uma ação política esvaziada de ética.

---

<sup>9</sup> “O espaço não é unicamente um objeto de discurso, um objeto falado: é também um lugar a partir do qual se fala.” – tradução nossa.

<sup>10</sup> “A apropriação do espaço pela disposição dos corpos, a distribuição dos participantes, levando em conta também as restrições que se desprendem das tecnologias e dos artefatos manipulados durante a interação, contribui por sua vez para configurar a interação e para estruturar o espaço.” – tradução nossa.

<sup>11</sup> “[...] são elas que instituem a ordem social assim como o sentido dos eventos e das ações. É através delas que o espaço adquiere legibilidade, e se modela em sua materialidade.” – tradução nossa.

Percebe-se nesta passagem o tratamento do espaço geográfico a partir de uma prática social, que imprime caráter humano ao conceito de espaço. No entanto, é preciso ter em vista que o período histórico do qual deriva o pensamento lobatiano reflete algumas noções que remetem a ideais do positivismo comtiano e também do neopositivismo<sup>12</sup>, para o que competem questionamentos que indiquem os porquês da preferência de Lobato pela agricultura em pequenas propriedades, ou para quem e como esta agricultura seja feita. Quase sempre a noção de progresso e de organização do território como fonte de recursos responde a estes questionamentos.

Conforme aponta Bergo (1983), a aceitação da doutrina positivista no Brasil, sobretudo aquele da época imperial, se deu pelo desejo de libertação pelas dirigências do pensamento político brasileiro, do modo de produção agrícola, em vista do desenvolvimento alcançado pela Inglaterra industrial. Segue o excerto do capítulo XXVIII – Península Ibérica, que ilustra o que até aqui comentamos:

O que Portugal tem de mais bonito são as aldeias, sempre alegres, rodeadas de campos muito bem cultivadinhos. Colhe-se lá trigo, milho, arroz, batatas, muita fruta, inclusive laranjas. Nada de fazendas grandes, como no Brasil – tudo picadinho. (LOBATO, 1988, p. 121).

Na insistência sobre a concepção de espaço como formação social, ressalta-se a passagem que faz referência a construção da cidade de Belo Horizonte com base no planejamento urbano (Capítulo IX – Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia), indicando a satisfação de Lobato com a ideia, que não esconde o seu contentamento com o futuro da cidade. É-nos possível inferir que o autor discute a noção do planejamento urbano a partir de uma relação espaço-sociedade, entendendo o espaço geográfico como produto de transformações sociais. É perceptível também o desejo de progresso expresso em sua narrativa, em que o planejamento espacial se sustenta como meio para este fim. Segue o excerto:

- Lá está **Belo Horizonte!** – exclamou a menina. – Bonito nome.

---

<sup>12</sup> A distinção comumente realizada entre o Positivismo e o Neopositivismo ou Positivismo Lógico reside no argumento frequente da *lógica* na construção do pensamento, chegando mesmo a caracterizar uma obsessão pelos pensadores filiados a estas correntes filosóficas, sendo mais pertinente a esta corrente de pensamento que àquela.

- Essa cidade tem uma característica preciosa: foi construída desde o começo de acordo com um plano. Isto é raro, porque na imensa maioria as cidades nascem ao acaso, como as árvores, e vão crescendo sem plano nenhum. Seu clima é excelente, sobretudo para os que sofrem dos pulmões. Quando Belo Horizonte começou, pouca gente esperava que se desenvolvesse tão depressa e com tanta beleza harmônica. Deve ter hoje uns setenta anos, o que não é nada, e está uma das coisas mais lindas que há no Brasil em matéria de cidade. Um verdadeiro encanto.

- Mas como é que na primeira edição deste livro a senhora disse que era um “sossego sem fim”, um “deserto de gente” etc.? – interpelou Narizinho.

- Disse porque eu tinha na cabeça a Belo Horizonte dos começos. Errei. Não levei em conta os progressos feitos nos últimos vinte anos. Mas depois disso estive lá e abri a boca. Que encanto achei naquilo! Que desafogo passear naquelas ruas tão largas! Gostei tanto, que prometi levar vocês lá para um passeio – para que vejam e compreendam o que é uma “cidade certa”.

- As outras então são “incertas”?

- São erradas, minha filha. Nascem ao acaso, sem plano e ficam toda a vida tortas e incômodas, como São Paulo. Que maravilhosa capital teriam hoje os paulistas, se houvessem feito como os mineiros; isto é, se houvessem planejado e construído uma cidade nova para ser a capital do Estado! Infelizmente não foi assim. Só os mineiros e goianos tiveram essa grande previsão e por isso os mineiros e goianos vão ter em seus territórios as duas mais belas, cômodas e agradáveis cidades do Brasil. Isso de “cidades certas” é a coisa mais rara que existe no mundo. Existem muito poucas: Washington, capital dos Estados Unidos, La Plata, na Argentina, Camberra, na Austrália e aqui no Brasil, Belo Horizonte, Goiânia e, desde 1960, a mais moderna cidade do mundo, Brasília, que é uma maravilha de concepção e planejamento<sup>13</sup>. A capital do Brasil pode considerar-se o símbolo do futuro em termos de arquitetura e urbanização. (LOBATO, 1988, p. 33 – grifo do autor).

---

<sup>13</sup> A referência a cidade de Brasília é póstuma a versão inicial de Lobato, dado que este faleceu no ano de 1948, data anterior a construção da cidade.

### **CAPÍTULO 3 – SOBRE A CONCEPÇÃO DE PAISAGEM NA GEOGRAFIA DE DONA BENTA**

A tradução do espaço geográfico como categoria se dá pelas escalas de sua representação; é a partir do entendimento da noção de escala que se podem traduzir as ações e as transformações que sustentam as múltiplas espacialidades.

A noção de escala responsabiliza-se pela conjugação entre o espaço e o tempo, e a sua consideração como elemento estruturador do discurso geográfico significa uma valiosa chave de entendimento para a interpretação e para a tradução da dinâmica do espaço geográfico. Conforme atesta Santos (1988):

Quanto a noção de escala, ela se impõe porque a Natureza não se apresenta, jamais, de forma homogênea e deixa perceber suas frações: território nacional, região, lugar. Sem a noção de escala e sua base epistemológica que tanto deve à noção de tempo, não saberíamos o que fazer diante do todo social especializado e que nos chega todavia em forma fracionada, como sub-espacos. (p. 13).

Embora fragmentado e heterogêneo o espaço geográfico instiga-nos a compreendê-lo a partir de uma noção de escala que o sustente em uma perspectiva de totalidade, de coerência interna, espelhando a possibilidade do alargamento de seus contextos interpretativos. Conforme Mérenne-Schoumaker (2006), o conceito de escala:

[...] corresponde ao nivel espacial de observación o de análisis, ya que depende de la escala lo que se toma en cuenta [...], los métodos y los instrumentos de análisis [...], las generalizaciones posibles y, de manera más específica, las nociones de homogeneidad/heterogeneidad, los límites, las discontinuidades, etc. Por otra parte, para comprender muchos de los fenómenos es necesario saber cambiar de escala y practicar un razonamiento multiescalar.<sup>14</sup> (p. 635 - modificado).

---

<sup>14</sup> “[...] corresponde ao nível espacial de observação ou de análise, já que depende da escala que se leva em consideração [...], os métodos e os instrumentos de análise, as generalizações possíveis e, de maneira mais específica, as noções de homogeneidade/heterogeneidade, os limites, as discontinuidades etc. Por outro lado, para compreender muitos dos fenômenos é necessário saber articular a escala e praticar um raciocínio multiescalar.” – tradução nossa.

A totalidade pretendida pelo espaço geográfico a partir da noção de escala como possibilidade de intercâmbio entre realidades diversas é expressa por Santos (1988), ao indicar que “a cada nova evolução da totalidade social corresponde uma modificação paralela do espaço e de sua organização” (p. 17), e isto rebate na noção de que o cientista deve se armar de um “sistema de referência” que o impulse a uma “compreensão unitária do mundo.”

Como possibilidade de expansão do entendimento da categoria espaço geográfico apresenta-se a noção de paisagem, que se mostra como uma componente de escala do espaço. Na época atual o conceito de paisagem aparece revestido de uma noção preocupada muito mais com a interpretação que com a descrição pura dos fenômenos do espaço, estabelecendo assim uma ruptura com o paradigma científico predominante até meados dos anos 1970, quando a ciência de modo geral, especialmente a Geografia, concebia os fenômenos em uma relação de causa e efeito, em referência direta ao Positivismo ou ao Positivismo Lógico.

É neste sentido, o da compreensão do espaço geográfico partindo não mais das descrições puramente objetivas, mas considerando-o como elemento historicamente construído, portanto em constante transformação, que o conceito de paisagem imprime sua importância. Como indica Lima (2000), “o significado do espaço, da paisagem, não está confinado mais apenas à descrição e localização arbitrária. O espaço é revestido de uma multiplicidade de sentidos.” (p. 15).

Se espaço geográfico e paisagem relacionam-se no sentido de que um é reconhecível noutro, não é de todo errônea a concepção de paisagem também como uma articulação entre sistemas de objetos (materialidades) e sistemas de ações; logo, o espaço geográfico também aparece “revestido de uma multiplicidade de sentidos”, de modo que a sua compreensão escape para além de si mesmo.

Ao falarmos em sentidos para o espaço, partimos da noção de experiência. Sentir é, antes de tudo, experienciar. Para Bondía (2001):

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a

atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar os outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (p. 4).

Além da experiência, a noção introduzida pelo conceito de paisagem relaciona-se sobremaneira com as noções de representação e de percepção. Sobre a representação, indica Beiro (2009): “O ser humano, como ser social, que produz em relação ao seu contexto de vida, é um ser que cria representações do mundo que habita. Suas referências não estão restritas ao seu tempo presente, mas abrange sua bagagem cultural que o liga ao seu passado.” (p. 26).

Neste sentido, ao tratarmos da paisagem, estamos tratando de um espaço geográfico múltiplo e complexo, referenciado por um contexto científico abrangente do ponto de vista metódico, de modo que as interpretações que a este recorte do espaço atribuímos sofram frequentemente uma interferência de nossos juízos de valor, na perspectiva de que a paisagem é uma construção da mente, mais que da natureza propriamente.<sup>15</sup> Schama (1996) é representativo deste pensamento, ao apontar que: “Antes de ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas.” (p. 17).

A definição apresentada por Claval (2002) resume de maneira significativa a noção de paisagem pelo aspecto de sua composição, de modo que: “[...] a paisagem carrega a marca das culturas que a formaram: inicialmente, marca funcional [...] em seguida, marca simbólica.” (p. 146). Como funcional entendemos a paisagem constituída a partir dos usos que a ela são associados, considerando-a especialmente quanto a sua forma e suas estruturas; e como marca simbólica, a paisagem referida às funções e aos processos que a identificam como recorte espacial dinâmico e fluído, muito mais que somente como um suporte para as ações.

Com base na perspectiva da experiência, Lima (1996) apresenta uma possibilidade de interpretação para a noção de paisagem, em que:

---

<sup>15</sup> Sobre as noções de natureza, recomenda-se a leitura de: SOUZA, Heluane Aparecida Lemos de. **As concepções de natureza e a relação sociedade-homem no pensamento de Monteiro Lobato**. 2009. 165f. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Pedagogia. Instituto de Biociências. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro. 2009.

O experienciar a paisagem revela-se uma sensação única, que permite à mesma transmitir-nos suas mensagens, inspirando sonhos e desejos associados às nossas idéias de um lugar ideal, um lugar inspirado paradisíaco, ou inspirando a rejeição, a fuga de ambientes considerados terríveis, ameaçadores, por conjunturas diversas. Na realidade, a paisagem transmite comunicações silenciosas e impregnadas de sentido, submetidas à filtragem da nossa percepção. (p. 170).

Paisagem faz-se, assim, como uma construção sempre renovada da mente e da natureza, que nos quer dizer algo a respeito de nossa própria ação enquanto seres transformadores de seu espaço de vivência. Mais do que simplesmente “aquilo que se abarca com os olhos”, a paisagem congrega a forma e a função, em um movimento de formação de múltiplas realidades espaço-temporais.

Na *Geografia de Dona Benta*, a noção de paisagem é trabalhada de maneira bastante ampla, sendo o conceito explorado desde um conteúdo descritivo até a consideração das estruturas sociais que lhe atribuem um dinamismo formativo. O capítulo XXX – Norte da Europa, ilustra a paisagem expressa na narrativa lobatiana, argumentando uma Suíça com base em critérios descritivos e uma Dinamarca com base em critérios, sobretudo, sócio-culturais:

- Sim. A Suíça é isso: montanhas de picos nevados, florestas de pinheiros, chalés encantadores e lagos azulíssimos.

A Suíça foi gulosamente olhada por todos porque mais parecia presepe do que país. Depois Dona Benta voltou a luneta para a Dinamarca.

- Deixei a Dinamarca por último porque é para mim o país mais perfeito que existe. No dia em que todos ficarem como ele, o mundo entrará na Idade do Ouro. Basta dizer que a Dinamarca suprimiu os asilos de mendicidade porque não tem mendigos.

- Mas por que ficaram assim?

- Trabalho e inteligência – e sobretudo bom senso. As terras eram as piores possíveis, de brejos, como as da Holanda, muito úmidas e frias. Mas os dinamarqueses foram arrumando aquilo, transformando-as em pastagens maravilhosas, aperfeiçoando as raças dos animais até chegarem ao ponto em que estão hoje: o povo mais sossegado, mas feliz, mais rico, mais contente

com sua sorte, mais culto, mais bem informado e, por conseguinte, o mais civilizado. O constante mau tempo favoreceu a vida interior – e eles começaram a ler, a ler, a ler. (LOBATO, 1988, p. 127-128).

A marca funcional e a marca simbólica lançadas por Claval como argumento de constituição da paisagem aparecem com precisão na descrição apresentada por Lobato, de modo que a cultura dos povos visitados se veja bem representada na paisagem observada pelas personagens. Como marca funcional Lobato ressalta os usos associados à paisagem e ao espaço produtivo dinamarquês e, na esteira da exaltação da paisagem, exalta também o povo a ela relacionado, associando a forma e a função do espaço.

Como marca simbólica, a lembrança da paisagem natural suíça rememora um imaginário social representativo daquele país, em que a forma se revela expressão maior na caracterização do espaço. Neste sentido, somos conduzidos a interpretar a paisagem também como manifestação de um imaginário social, constituído a partir de imagens e de simbologias universais representativas de um todo espacial. Neste aspecto reside ainda a presença do maravilhoso característico da obra de Monteiro Lobato, que articula um real imaginário a uma realidade vivida e cria as condições para o desenvolvimento de uma narrativa rica em experiências e em sentidos para o espaço.

## CAPÍTULO 4 – A CONCEPÇÃO DE TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA DE DONA BENTA

Assim como a paisagem, também o território corresponde a uma possibilidade de interpretação do espaço pela perspectiva geográfica. Sendo a dimensão política do espaço, o território compreende uma noção clássica da Geografia científica cuja reflexão tem garantido ao conceito as mais diversas interpretações.

Um resgate histórico do conceito de território nos revela que até meados dos anos 1970 o uso do termo se aplicava sobretudo a delimitação geopolítica do terreno, com demasiada importância atribuída pelo poder militar. Desde então, com o processo de humanização nas ciências, o conceito passa a ser discutido de modo mais abrangente, alargando os contextos de sua interpretação para uma dimensão social e para uma dimensão cultural, para o que compete um dinamismo compreendido pelo termo *formação territorial*, em lugar de simplesmente território.

Moraes (2005) expressa bem a evolução em torno do pensamento sobre o conceito de território, ao indicar que a reflexão geográfica “levou muito tempo para diferenciar a análise do *território* da análise da *formação territorial*.” (p. 51 – grifo do autor). Segundo este autor, a Geografia, dominada por uma ótica positivista, apresentou grande dificuldade no trato do território a partir de uma perspectiva histórica, abrangente dos processos e das dinâmicas características do espaço. Em suas palavras:

Apesar de Friedrich Ratzel, já no fim do século XIX, haver proposto o estudo da formação dos territórios como objetivo maior deste campo disciplinar, na verdade os trabalhos empíricos da geografia humana pouco se dedicaram ao exame da sua constituição histórica, tomando em geral os territórios existentes no globo como dados, numa abordagem estática e centrada no presente. (MORAES, 2005, p. 51-52).

De um território concebido essencialmente pelas materialidades, passa-se a concepção de um território em formação, por meio de um salto qualitativo de análise. Forçando o conceito, Moraes argumenta a favor da formação territorial atribuindo ao espaço uma característica dinâmica e fluida, para o que atesta:

É somente com a crítica ao positivismo, completada nas últimas décadas do século XX, que as teorias geográficas acordam para a **necessidade de romper com essa visão coisificada do seu objeto e passam a buscar abordagens processuais**. Nesse enfoque, o território passa a ser visto como o resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento. (MORAES, 2005, p. 52 – grifo nosso).

Na época atual, sobretudo desde o início da década de 1990, o entendimento do território e da formação territorial pressupõe a perspectiva de um alargamento dos contextos que agem diretamente no espaço, com especial importância aos contextos econômico, cultural, político e principalmente financeiro, responsáveis por dar corpo à noção de territorialidade. A territorialidade, entendida como uma condição do espaço nascida da relação entre o homem transformador e o espaço transformado, vem representada na atualidade pelas redes, a partir do movimento das globalizações. E em virtude da complexidade da dinâmica deste movimento não nos é permitido mais falar em uma territorialidade, mas em múltiplas territorialidades.<sup>16</sup>

O argumento de Moraes (2005) propõe a noção de formação territorial como sendo um:

[...] processo cumulativo que articula os resultados de formas de sociabilidade não necessariamente contínuas e sincrônicas, as intervenções e construções anteriores aparecendo ante um novo ciclo de povoamento como parte da herança espacial local, perfilando-se ao lado das características do meio natural como elementos de qualificação dos diferentes espaços. (p. 54).

A narrativa de Lobato trabalha o conceito de território com base na formação territorial, concebendo a organização do espaço geográfico a partir de um fundo social. A concepção de formação territorial no discurso lobatiano contido na *Geografia de Dona Benta*, aparece revestida por uma crítica à organização econômica e política que impõe ao território uma roupagem de progresso, via exploração do meio natural pela ação transformadora do homem, com vistas a um nacionalismo próprio e autônomo do território.

---

<sup>16</sup> Sobre as noções de financeirização do espaço, redes e globalizações, recomenda-se a leitura de SANTOS, Milton de Almeida. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

A passagem das personagens pela região Nordeste brasileira (Capítulo X – O Nordeste) mostra de modo bastante nítido a crítica atribuída por Lobato às estruturas da organização social e política do território no Brasil, revelando o seu descontentamento com a situação experimentada pelo povo nordestino, sobretudo no que diz respeito à fome e a escassez de água potável, problema de grande evidência no país no início do século XX.

O descompasso técnico existente entre os estados do Nordeste brasileiro e os estados da porção Centro-Sul do país, especialmente São Paulo, é uma interpretação possível da origem do descontentamento de Lobato nos idos anos 1930. A crítica ácida ao atraso na implantação de redes de deslocamento eficientes e integradoras do território brasileiro, por exemplo, ilustra a insatisfação do autor com a política pública nacional da época, e demonstra uma perspectiva de território não como coisificação do espaço geográfico, mas como elemento processual de sua constituição:

- Mas por que não corrigem isso? Por que não fazem poços artesianos, ou não plantam árvores nessas caatingas, ou não constroem canalizações como aquela que a senhora nos mostrou nos Estados Unidos para irrigar as terras secas da **Califórnia**?

Dona Benta mastigou antes de responder. Por fim disse: - Não sabemos resolver os nossos problemas, Pedrinho, essa é que é a verdade. As populações desta zona vivem do gado e da cultura de cereais, do açúcar e do algodão. Há regiões enormes recobertas da palmeira que produz o coco babaçu, cuja semente é muito procurada pelos industriais.

- Para quê?

- Delas tiram um óleo ótimo para sabão e outros fins. Se houvesse bons meios de transporte, esse babaçu constituiria uma grande riqueza – mas não há. Sua exploração ainda é feita por processos manuais e portanto em pequena escala.

A mais preciosa palmeira da zona é a que dá o coco da Bahia. Existem à beira-mar cocais enormes. Infelizmente, por causa dos impostos e outras razões, não pudemos até agora tirar desse coco o mesmo partido que em suas colônias tiram os ingleses e holandeses. É desse coco que se faz a copra<sup>17</sup>, da qual a indústria consome grandes quantidades. (LOBATO, 1988, p. 37 – grifo do autor).

---

<sup>17</sup> Copra: polpa seca do coco utilizada na alimentação do gado, na fabricação de sabão, de biscoitos e de manteiga. A copra foi introduzida como produto comercial no final do século XIX, pelos mercadores da Ásia.

O sentido atribuído por Moraes à formação territorial não exclui a possibilidade de um território concebido geopoliticamente; justaposta a noção geopolítica do território está a ideia de espaço como herança, ou seja, um espaço armazém de lembranças, de sentimentos e de experiências vividas, tal como ocorre com o conceito de paisagem. Do contato entre estas duas possibilidades de território surge uma concepção que reconsidera o conceito de espaço, uma vez que o identifica a partir de uma dimensão simbólica. Nas palavras de Moraes (2005):

[...] o território pode ser equacionado como uma construção simbólica, vinculado a um imaginário territorial. Contudo, trata-se também de uma materialidade, produzida pela apropriação material de espaços e pela dominação efetiva destes. Assim, a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais. (p. 59).

A construção simbólica atribuída ao território é um traço significativo na narrativa expressa na *Geografia de Dona Benta*. São constantes os episódios da identificação do território com a sua organização produtiva, de modo que a identidade territorial passa a ser construída com base em símbolos que remetem a um reconhecimento global do espaço geográfico também a partir das materialidades e das ações nele produzidas.

É representativa desta ideia a visita das personagens à América Central (Capítulo XII - Pela América Central), em que o assunto discutido é a produção do açúcar nas Antilhas. Neste episódio, o tratamento atribuído ao espaço geográfico a partir da escala do território se identifica com a produção do açúcar de cana, estabelecendo aí uma relação de identidade simbólica entre um sistema de ações e o seu suporte espacial:

- Estou vendo que isto aqui é um açucareiro – disse Emília. Açúcar em Cuba, açúcar em Jamaica, açúcar por toda parte...
- E não está longe da verdade. O Açucareiro do Globo é de fato aqui. Cuba é o maior produtor das Antilhas e o maior do mundo se considerarmos apenas o açúcar de cana. Como sabem, também se faz açúcar da beterraba e desse, o maior produtor é a União Soviética. A linda capital de Cuba, **Havana**, é uma filha do Açúcar.
- Um pirulito! – gritou Emília. (LOBATO, 1988, p. 48 – grifo do autor).

No limite, espaço geográfico, paisagem e território compreendem conceitos aglutinados e aglutinadores, no que compete ao seu objetivo. Se as materialidades e as ações constituem condições necessárias ao entendimento de cada um destes conceitos, logo, somos conduzidos a sua compreensão a partir da noção de que as diferenças existentes entre eles estão na escala de sua ocorrência, indicando assim que os fenômenos espaciais compartilham elementos constitutivos de sua organização com diversos níveis de análise.

Neste sentido, o espaço geográfico é um uníssono de espacialidades que se entrecruzam e se complementam, ao sabor da história e das suas implicações, um “todo uno e múltiplo”, revelando-se um objeto que:

[...] pode ser lido através do conceito de paisagem e ou território, e ou lugar, e ou ambiente; sem desconhecermos que cada uma dessas dimensões está contida em todas as demais. Paisagens contêm territórios que contêm lugares que contêm ambientes valendo, para cada um, todas as conexões possíveis. (SUERTEGARAY, 2001, p. 9).

## **CAPÍTULO 5 – “IDENTIFICANDO O BRASIL”: A IDENTIDADE NACIONAL NA GEOGRAFIA DE DONA BENTA**

A partir das considerações a respeito das dimensões de espaço expressas na *Geografia de Dona Benta*, partimos agora para uma análise da noção de identidade nacional prevista na narrativa de Lobato.

As primeiras décadas do século XX, no despertar da República no Brasil, representaram o período histórico da criação e da consolidação de elementos formadores de uma identidade nacional brasileira, rarefeita até então. Nesta situação histórica havia um sentimento patriótico regional ou local, mas sem “conotações nacionais”. Bittencourt (2007) assinala que “a ideia de pátria manteve-se ambígua mesmo depois da independência” (p. 191) e que a perspectiva patriótica era usada apenas circunscrita ao território - e por extensão, à territorialidade - representados pela província. Segundo a autora:

Um deputado mineiro, Bernardo Pereira de Vasconcelos, insuspeito de separatismo, falando a seus conterrâneos, referia-se a Minas Gerais como “minha pátria”, em contraste com o Brasil, que seria o “império”. A distinção é reveladora: a identificação emotiva era com a província. O Brasil era uma construção política, um ato de vontade, movido antes pela mente do que pelo coração. (BITTENCOURT, 2007, p. 191-192).

A noção de brasilidade passava primeiro pela identificação com a província ou com a cidade, ratificando a perspectiva de um Brasil arquipélago: centros urbanos e rurais dispersos em um imenso território, alienados da totalidade de um país em formação e obedientes a uma lógica de organização econômico-cultural extrovertida. Esta situação implicava em núcleos de povoamento aliançados em relações fortalecidas com o exterior e estabelecidos em uma relação orgânica embrionária com o território nacional.

Para a criação de um senso patriótico, pautado na formação de um sentimento de pertencimento ao território, era necessário desenvolver a ideia de Brasil como pátria de todos, como organização espacial para além das fronteiras provinciais, em um movimento de “saber pertencente não apenas ao seu estado, mas de todas as partes do território.” (BITTENCOURT, 2007, p. 192).

Embora esta concepção de nacionalidade prezasse por um rompimento com a limitação territorial, ainda pouco buscava pela exploração de uma situação espacial, em que as

ações, ou os dinamismos característicos da relação homem-espço, pudessem também significar a possibilidade de identificação e de reconhecimento do território pelo brasileiro, na perspectiva de uma formação territorial.

O trabalho intelectual empregado à época da Primeira República (1889-1930) para a formação de um sentimento de nacionalismo no cidadão brasileiro foi fundamental para a construção de um sentimento de amor à pátria que, segundo Bittencourt (2007), era constituído “por meio da beleza e da grandeza da terra brasileira. O Brasil possuía rios enormes e grandiosas florestas, clima ameno, riquezas minerais sem fim e uma história ‘sem feitos deprimentes ou vergonhosos.’” (p. 192).

A partir de uma perspectiva política encontramos em Adorno a noção de nacionalismo, entendido como sentimento de amor e de pertencimento ao território. Para este autor o nacionalismo é ao mesmo tempo atual e ultrapassado; ultrapassado no sentido de que a reunião obrigatória das nações sob a hegemonia dos “mais poderosos” levou o Estado nacional soberano à perda de sua substância histórica, e atual no sentido de que ainda é possível a este mesmo Estado, empobrecido no exercício de seu poder, impetrar resultados expressivos na mobilização de centenas de milhares de pessoas para “objetivos que não são imediatamente os seus.” (ADORNO, 2011, p. 42). Nas palavras do autor:

O nacionalismo está descrente de si mesmo e, apesar disto, é necessário como sendo o meio mais eficaz para levar os homens à insistência em situações objetivamente ultrapassadas. Por isto ele assume hoje estes traços caricatos como algo não inteiramente apropriado, propositalmente obnubilado. É bem certo que esses traços nunca estiveram totalmente ausentes dessa herança das bárbaras constituições tribais primitivas, mas eles estiveram sob controle enquanto o liberalismo confirmava o direito dos indivíduos como condição real da prosperidade coletiva. O nacionalismo só se tornou sádico e destrutivo numa época em que se exacerbou. (ADORNO, 2011, p. 42).

Concebido em uma época em que o Brasil necessitava da consolidação e do reforço de uma identidade abrangente do território nacional como meio de validação do viés político vigente, o pensamento de progresso de Lobato alinha-se com o apontado por Bittencourt a partir da criação de um sentimento de pertencimento pelo povo brasileiro pautado no ideal de

“ordem e progresso”, bastante próximo a raiz ideológica positivista de Auguste Comte (1798-1857).

Conforme aponta Bergo (1983), pela ótica dos representantes brasileiros da doutrina positivista, entre os quais se destacam Benjamim Constant, Miguel Lemos e Pedro Lessa, a solução para a nação brasileira seria a ditadura republicana, organizada sobre a família, a pátria e a Humanidade, buscando sempre um abasileiramento dos costumes e do pensamento desenvolvidos em território nacional, em negação às ideias provenientes dos centros políticos, econômicos e culturais da época, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França.

No que se refere à formação de um povo genuinamente brasileiro, constituído por princípios legitimadores de uma identidade nacional brasileira, havia uma forte centralidade na figura do escravo e do indígena, sendo que os ideais positivistas reivindicavam o reconhecimento destes grupos sociais como pertencedores a uma nação dita brasileira, e também como possuidores de terras, inclusive com a reivindicação de estatuto político próprio e independente. (BOSI, 2004).

Na narrativa contida na *Geografia de Dona Benta*, o “amor a Deus”, o princípio do altruísmo e a negação da guerra como meio de conquista territorial são elementos representativos do pensamento positivista, como no trecho de referência a Segunda Guerra Mundial, no Capítulo XXIII - Índia, em que Dona Benta, nas palavras de Lobato, “mete o pau na guerra”:

- Foi a maior hecatombe da História, meus filhos. Calculam-se em 50 milhões o número de mortos, entre os que pereceram nos campos de batalha e os que nunca voltaram dos campos de concentração. E quando consideramos que os governos escolhem para mandar à guerra justamente a flor dos homens, os mais moços, os mais fortes, os mais perfeitos, é que bem avaliamos a monstrosidade da guerra. E a humanidade é ainda tão estúpida que continua a adorar os guerreiros e a entusiasmar-se pelos estadistas que arrastam seus países à guerra... (LOBATO, 1988, p. 101).

Lobato projetava uma perspectiva de libertação econômica, política e cultural do povo brasileiro em relação aos sistemas normativos alienantes externos e até mesmo internos à situação territorial do país, como os representados pelas diversas constituições federativas características do período e pela Igreja, por exemplo. A exploração econômica do petróleo e do ferro representaria a possibilidade para esta libertação, na condição de panaceia nacional,

de modo que o progresso decorreria a todos que se identificassem com a ideia de povo brasileiro. A exploração do petróleo em terras brasileiras, sobretudo na porção central do território nacional, é uma constante na narrativa de Lobato, aficionado pela condição dos países vizinhos engajados na exploração do produto, como a Venezuela e o Paraguai.

Se adotarmos a exploração dos recursos disponíveis no território como uma possibilidade de demonstração do desenvolvimento técnico humano, encontramos em Adorno um posicionamento deletério a respeito dos rumos que o uso do conceito de técnica encerra, a partir de uma relativa desconstrução do seu significado inicial. A técnica, em Lobato, como capacidade de transformação (e uso) do meio a partir do seu domínio intelectual pelo homem, associa-se ao conceito de cidadania e de desenvolvimento no sentido da iniciativa da divisão da riqueza entre as classes sociais, sendo a exploração do petróleo um caminho para tanto.

Conforme argumenta Adorno (2011) um mundo em que a técnica ocupa uma decisão tão categórica gera pessoas tecnológicas, afinadas com a técnica:

Isto tem a sua racionalidade boa: em seu plano mais restrito elas serão menos influenciáveis, com as correspondentes consequências no plano geral. Por outro lado, na relação atual com a técnica existe algo de exagerado, irracional, patológico. Isto se vincula ao “véu tecnológico”. Os homens inclinam-se a considerar a técnica como sendo algo em si mesma, um fim em si mesmo, uma força própria, esquecendo que ela é a extensão do braço dos homens. Os meios – e a técnica é um conceito de meios dirigidos à autoconservação da espécie humana – são fetichizados, porque os fins – uma vida humana digna – encontram-se encobertos e desconectados das pessoas [...]. (p. 132-133).

Embora interpretemos que o ideal de progresso de Lobato respalde mais no crescimento econômico da nação brasileira que no seu desenvolvimento, já que prevista a manutenção das classes sociais, não é possível desconsiderar que o uso por ele atribuído à técnica desempenhe de fato a função de “extensão do braço dos homens”. A sua consciência da necessidade de equipar o território brasileiro por meio de infra-estruturas como a de transporte, por exemplo, revela este caráter da extensão da natureza humana para o crescimento econômico de exploração do meio. A passagem pela porção central do território brasileiro, no Capítulo VII - O Sul do Brasil, indica esta consciência, quando da preocupação

de Lobato com a dificuldade de exploração do petróleo em Mato Grosso em função de sua localização pouco privilegiada em relação à proximidade do litoral:

- Ah, a eterna questão dos transportes! – observou Pedrinho.
- Perfeitamente, meu filho. O transporte é tudo, e por isso o descobrimento do petróleo em Mato Grosso vai ter conseqüências muito importantes, porque petróleo é sinônimo de transporte rápido. (LOBATO, 1988, p. 26).

Teixeira (1976) ataca veementemente a noção de desenvolvimento com base na exploração do petróleo. Em sua visão, o nacionalismo, entendido como “[...] a tomada de consciência pela nação de sua existência, de sua personalidade e dos interesses dos seus filhos” (p. 320), de modo que não haja divisão ou parcelamento entre favorecidos e desfavorecidos, sendo estes filhos atuantes na luta contra a alienação de sua cultura e de seus gostos, este nacionalismo não pode corresponder a uma obsessão petrolífera, mas à tomada de consciência do povo (brasileiro) por meio da educação, preferencialmente a educação pública. São suas palavras:

Nacionalismo será assim antes de tudo uma aguda consciência de toda e qualquer situação de privilégio, acompanhada do desejo real e profundo de reparar essa situação de privilégio com os sacrifícios necessários para a correção da injustiça.

Como entendo, o nacionalismo não corresponderá a nenhuma obsessão petrolífera, a nenhuma tomada de consciência do nosso atraso, à lúcida percepção de suas causas e à corajosa correção de todas as nossas atitudes, de todos os nossos comportamentos, que, de um ou outro modo, constituem as raízes desse desenvolvimento econômico, político, social e cultural. (TEIXEIRA, 1976, p. 322).

A partir da exploração do petróleo, do ferro e de outros elementos naturais abundantes no território nacional, Lobato promovia sua noção de desenvolvimento, mas deixava em lacunas algumas questões recorrentes como: “um desenvolvimento para quem?” e “um desenvolvimento a partir de quê?” Estas questões denotam importância ainda maior quando se tem em vista a matriz de pensamento a que Lobato recorria.

Em estudo sobre os caracteres e a influência do positivismo no Brasil, Bergo (1983) aponta que os ideais de positividade e de desenvolvimento associam-se quando se nota, por

exemplo, que o caminho para o desenvolvimento “passa sobre a obediência, ou seja, ao povo cabe executar o plano traçado pela direção do país.” (p. 75). Conforme o espírito positivo, o homem, ser individual, não existe, porque se confunde com a Humanidade, e o desenvolvimento é devido à sociedade.

No diálogo entre Dona Benta e Narizinho ou Emília, não especificado por Lobato, na passagem pelas terras pantaneiras do Mato Grosso, o autor deixa clara a sua intenção de progresso a partir da exploração econômica do petróleo, inclusive defendendo a noção de que a ocupação da terra, requisito inicial para a criação de uma identidade territorial, adviria do reconhecimento da importância econômica deste produto:

- E é grande, Mato Grosso?

- Grandíssimo! Tem um território de 1.230.000 quilômetros quadrados, imagine! A população hoje ainda é muito pequena pois não chega a um milhão e meio de habitantes – e cabem lá 200 ou 300 vezes mais do que isso.

- Mas por que não aparecem esses milhões de habitantes?

- As razões são muitas. Ainda não chegou o tempo. Tudo vai devagar. Mas a grandeza futura desse Estado é coisa certa. Sobretudo quando vier o petróleo e essa nova riqueza der um arranco no desenvolvimento de Mato Grosso.

- E há lá petróleo?

- Claro que há minha filha. Se na vizinha Bolívia há tanto petróleo, por que não há de haver em Mato Grosso também? O que há dificultado o desenvolvimento de Mato Grosso é a sua situação bem lá no centro da América do Sul, muito longe dos portos. (LOBATO, 1988, p. 26).

Bittencourt (2007) avalia a noção de identidade promovida no início do século XX como resultado de interpretações ambíguas do próprio conceito de identidade. Em estudo sobre o conteúdo das aulas de história nas escolas públicas do estado de São Paulo no período entre 1917 e 1939<sup>18</sup>, a autora aponta que a constante referência a “teoria da dependência” no ambiente escolar foi determinante para a criação de um sentimento de nação com base na naturalização das diferenças; deste modo, as nações imperialistas seriam ricas pelo avanço econômico, e as nações exploradas seriam pobres em decorrência dos atrasos em que se inseriam:

---

<sup>18</sup> Além de “Identidade Nacional e ensino de História do Brasil”, de Circe Bittencourt, ver também, da mesma autora: **Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas, 1917-1939**. São Paulo: Loyola, 1991. col. Educação Brasileira.

Essa visão de ensino [relativa à teoria da dependência] criava determinadas formas ambíguas de identidade, saindo fortalecida a ideologia do modelo anglo-saxão, responsável pelo desenvolvimento norte-americano. Para algumas tendências mais críticas, surgia a possibilidade de uma integração ou uma certa identidade latino-americana: nós todos atrasados e dependentes da política imperialista norte-americana. Entretanto, essa construção de identidade conduzia a um imobilismo político, uma vez que estaríamos todos na rede de um poder maior e diante de um destino inexorável. (p. 189-190 - modificado).

A partir da noção de identidade nacional discutida por Bittencourt, Moraes (2005) estrutura uma perspectiva de espaço geográfico. Para este autor, existem raízes não nacionais (como as religiosas, as linguísticas, as étnicas etc.) que “servem de referência espacial na constituição dos nacionalismos e na construção dos territórios nacionais, sendo a principal delas dada pelas repartições estatais pré-nacionais respaldadas nas soberanias dinásticas [...]” (p. 57).

Na narrativa de Lobato são frequentes as referências a exaltação da cultura brasileira e do povo brasileiro pela voz das “suas” personagens. O trecho referente à passagem pela Groenlândia, Capítulo XVII – Groenlândia, mostra a preocupação do autor com a imagem do brasileiro em terras além-Brasil, como forma de reforçar uma identidade brasileira livre de rótulos e de estereótipos pejorativos, frequentes no início do século XX:

- Adeus, Mr. Jantzen! – despediu-se Dona Benta, com o seu boné de capitão na cabeça, de pé na proa do brigue ‘entrenzado’. Emília, com a sua sapequice habitual, também gritou:

- Cabo Farewell! Cabo Farewell!...

Mr. Jantzen correspondeu às duas saudações, rindo-se da última.

- Que fiasco, Emília! – murmurou Narizinho logo depois. – Que vergonha, estar desmoralizando o Brasil aqui perto do pólo! *Farewell* é que é Adeus! Não *Cabo Farewell*, como você disse. Olhe, até a Grande Ursa, lá em cima, está a rir de você...

- Não dou confiança a ursas – disse a pestinha, fazendo um muxoxo de pouco caso. (LOBATO, 1988, p. 72 – grifo do autor).

Ainda sobre a tentativa de formação de uma identidade nacional no Brasil, cabe o indicado por Bosi (2004), quando argumenta que os ensinamentos positivistas entre o fim do Império e o ocaso da República Velha (1889-1930) influenciaram ideais de:

[...] **pensamento antropológico anti-racista; a precoce adesão à campanha abolicionista mais radical;** a luta pelo Estado republicano leigo com a conseqüente instituição do casamento civil, do registro civil obrigatório e da laicização dos cemitérios; [...] enfim, o interesse pela humanização das condições de trabalho operário que resultou [...] em propostas de leis trabalhistas [...]. (p. 22 – grifo nosso).

O aspecto do pensamento antropológico anti-racista apontado por Bosi como um princípio do pensamento positivista é frequentemente recuperado por Lobato na *Geografia de Dona Benta*. Embora preocupado com a exaltação da imagem do povo brasileiro para além do território nacional, Lobato não desconsidera a trajetória deste povo e reforça alguns dos aspectos negativos de sua história, de modo a resgatar eventos que devem ser lembrados para nunca serem esquecidos, como o período da escravidão negra e da respectiva abolição dos escravos. O diálogo entre Dona Benta e Pedrinho na passagem pela costa Leste do continente africano, no Capítulo XXIV – Mar Vermelho e África, expressa esta posição:

- Bem. Mudemos de assunto. A tragédia foi longa mas passou. Os países da América foram libertando os seus escravos, primeiro este, depois aquele. A Argentina libertou-os em 1813 – foi dos primeiros e por isso agora está gozando a recompensa. O México libertou-os em 1829. Os Estados Unidos, em 1863 e o Brasil, em 1888...

- Por último, heim? Que vergonha para nós! – comentou o menino.

- Sim, fomos o último povo no mundo a libertar os escravos. Realmente essa demora em nada nos honra... (LOBATO, 1988, p. 106).

O pensamento de Lobato reforça a importância de uma humanidade orientada por princípios de fraternidade e harmonia, o que implica na revisão da noção de homem e de humanidade. Como o pensamento de Lobato é orientado para o idealismo positivista, logo, inferimos que o homem lobatiano é também o homem comtiano, ou seja, um homem como “animal razoável” em substituição do animal racional, sendo que a diferença entre o homem e os animais está na civilidade, que a espécie humana foi capaz de criar.

Neste idealismo, a história determina todos os processos que envolvem a condição humana, e a tradição é a causa primeira do progresso. No positivismo de Comte todos os fenômenos humanos são fenômenos sociológicos, e o indivíduo não é reconhecido enquanto unidade menor de organização da sociedade, e sim a família. “Inclusive, a Humanidade, denominada como o Grande-Ser, toma o lugar de Deus.” (BERGO, 1983, p. 54-55).

Se por um lado Lobato reforça a importância de uma humanidade organizada em princípios de fraternidade e harmonia, por outro, deixa a ver alguns aspectos importantes da história brasileira e mesmo da história mundial. Tomando como exemplo a libertação dos escravos negros no continente americano, Lobato parece não considerar a história particular de cada nação constituída, e parte do princípio de uma história única, o que o leva a equiparar em um mesmo patamar o processo de constituição da escravidão negra em diferentes países com diferentes trajetórias econômico-culturais.

Neste sentido, dizer que a Argentina adiantou-se em libertar os escravos negros em um ato heroico e que o Brasil o fez tardiamente corresponde a uma comparação precipitada, já que é sabido pela “história oficial” que naquele país a demanda por escravos foi pequena, comparada a demanda brasileira, dados os contextos econômico-produtivos de ambos os Estados no século XIX. É importante ressaltar que esta perspectiva não justifica nem defende a escravidão negra ou qualquer outro tipo de escravidão, mas permite outro olhar sobre o evento.

Como um paralelo na discussão a respeito da criação, manutenção e reprodução de uma identidade nacional brasileira em inícios do século XX, Vidal e Filho (2003) apontam para a relevância da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, como instrumento fundamental a esta empresa. T tamanha a necessidade de se consolidar uma identidade própria ao país levou à criação de tal instituto, subserviente ao projeto de brasilidade pretendido em inícios do século XX.

Entretanto, a primeira impressão que o objetivo do instituto denota é a de uma posição de contracorrente em relação ao positivismo comtiano, em vista da tentativa de formalizar um povo genuinamente brasileiro frente a um povo brasileiro como herança da colonização portuguesa, miscigenado e heterogêneo do ponto de vista racial, enquanto o objetivo da corrente filosófica predominante à época recuperava a noção de irmandade e de fraternidade social pelo reforço da ideia de homem universal. São palavras dos autores:

Partilhava também do projeto do IHGB de “**desvendamento do processo de gênese da Nação**” brasileira, percebida como “**continuadora de uma certa**

**tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa**". Nesse movimento de construção identitária da Nação pelo IHGB, distinguir-se do outro era necessário, seja internamente apartando-se dos negros e índios, porque não portadores da noção de civilização; seja externamente das repúblicas latinoamericanas, porque ameaças à forma de governo monárquico e representação da barbárie. (VIDAL e FILHO, 2003, p. 41 – grifo do autor).

É notável a maneira como se altera a concepção de identidade nacional na passagem do período monárquico para o período republicano a partir da ótica que considera as figuras do escravo negro e do indígena, que no período colonial representavam uma mácula a ser esquecida, e que no período republicano, já sob a égide dos aportes positivistas, viam-se como grupos sociais a serem resgatados e lembrados a partir da imagem de heróis nacionais.

Evidente é a perspectiva de Lobato em relação à diferença entre raças, a que o autor faz questão de comentar, relacionando sempre os atrasos e os avanços das diferentes sociedades contatadas pelas personagens no decorrer da narrativa da *Geografia de Dona Benta*. Tal como no idealismo positivo, a narração de Lobato pressupõe uma hierarquia social, com o conceito de hierarquia assentado sobre a divisão do trabalho e na divisão da sociedade em classes, em que os fracos subordinam-se em veneração aos fortes, cabendo a estes a dedicação pelos mais fracos<sup>19</sup>. Neste tipo de organização social suprime-se a classe média por esta desejar ascender ao patriciado e temer o rebaixamento à massa operária, dando corpo à noção de elite social.

Segundo Bergo (1983), o conceito de elite está associado à ideia de eficiência, dado que a sociedade positiva está subdividida em classes que se distinguem pelo critério da função que desempenham no coletivo. Sendo assim distinguem-se três classes: a dos cientistas, responsáveis pelo provimento de um conhecimento teórico e de um poder espiritual; a classe dos artistas, responsáveis por provocar a adoção universal ao positivismo; e a classe dos industriais, cuja função está na promulgação do conhecimento prático imediato. Pela ótica do conceito de elite, erradicar-se-iam assim “a confusão e o arbítrio”, dado que cada classe conhece a sua função. (BERGO, 1983, p. 53).

A noção de identidade nacional pretendida por Lobato certamente passa pela égide dos costumes e hábitos ingleses e principalmente pelo “*american way of life*” (estilo, jeito

---

<sup>19</sup> Neste caso, entendem-se as noções de fraco e de forte como referentes às condições econômicas, culturais e políticas dos grupos sociais.

americano) importado dos Estados Unidos, sobretudo, pelo mundo ocidental, mesmo o autor se valendo de uma matriz de pensamento que condenava a busca por referências culturais externas, o que confere um paradoxo ao discurso do autor.

O trecho em que a viagem das personagens remete a passagem pelo continente oceânico, em especial a Austrália, no Capítulo XXII – Oceânia [*sic.*], põe em evidência o pensamento nacionalista de Lobato a respeito do “primeiro mundo”, ao comentar o atraso das civilizações daquele continente:

[...] Muitos anos depois, em 1770, um cientista inglês, Capitão Cook, foi mandado num navio observar nestes mares a passagem do Planeta Venus, com ordem de pegar alguma terra encontrada pelo caminho – e Cook pegou a Austrália. E como inglês é como o tal sapo que quando agarra não larga mais, a Austrália ficou sendo o que hoje é – membro da Comunidade Britânica.

**Os nativos encontrados lá davam dó – de tão selvagens, de tão atrasados.** Nunca se vira no mundo homem mais animalesco do que o australiano. Não conheciam o arco de lançar flechas, nem a lança, nem o machado de pedra; não sabiam construir cabanas para morar; não tinham a menor idéia da agricultura. **Os mais puros bichos do mato que você possa imaginar.** [*sic.*] (LOBATO, 1988, p. 93 – grifo nosso).

Neste sentido, Lobato continua com a exaltação do que ele próprio denomina “raça inglesa” em uma referência efusiva à ocupação da Austrália pela coroa britânica:

Logo que o brigue ancorou no porto, Dona Benta desceu com os meninos. Todos se admiraram de encontrar naquele fim de mundo uma cidade moderníssima, com mais de 2 milhões e duzentos mil habitantes (contando todos os arredores), edificação de primeira ordem, jardins públicos em quantidade, otimamente calçada e habitada só por **gente da mais pura raça inglesa.** (LOBATO, 1988, p. 93 – grifo nosso).

O episódio da passagem pelo Japão (Capítulo XIX – Japão) também é significativo quanto à preferência de Lobato às centralidades e verticalidades promovidas pela Inglaterra no início do século XX. Como centralidades e verticalidades entendem-se as posições de

liderança e de monopólio em relação aos campos da economia, da política econômica mundial e da promoção de uma identidade cultural aspirante a condição de mundializada:

[...] O Japão é a Inglaterra asiática. Até no aspecto do território se aproximam. A Inglaterra também está situada num conjunto de ilhas – daí o seu nome de **Ilhas Britânicas**. (LOBATO, 1988, p. 80 – grifo do autor).

À primeira vista, o propósito de Lobato parece ser o de romper com os estereótipos negativos que imprimem certas características a dados povos, especialmente o povo brasileiro. No entanto, a passagem por cada porção de território no decorrer da viagem é ilustrada por elementos e por símbolos que tornam os povos visitados reconhecíveis secularmente, como são os casos da Argentina e do Uruguai, com a criação de gado (p. 20); dos Estados Unidos e as *chewing-gum* (gomas de mascar) (p. 56); do Japão e as cerejeiras que enfeitam o caminho de Tóquio a Quioto (p. 81); e dos canais de Veneza, na Itália (p. 114).

Estas referências simbólicas da nação e, por extensão, do espaço, indicadas por Lobato, encontram argumento em Moraes (2005), que resgata a noção de nacionalismo e aplica-a ao conceito de território:

Como processos político-culturais, os nacionalismos se alimentam de símbolos e de discursos, necessitando criar representações que impulsionem sua existência, reiterando os elementos identitários que lhes deram origem. Aqui, o território/pátria cumpre importantes funções: seja como referência objetiva e física de construção da própria identidade (ao localizar/delimitar a nação no espaço terrestre); seja como objetivo aglutinador de interesses nos pleitos territoriais e nas situações de ameaça externa à soberania nacional; seja ainda diretamente como elemento de mitificação, como nas teorias que fetichizam o território (por exemplo, nos discursos históricos que lhe dão uma existência imemorial, ou nas ideologias geográficas que o naturalizam). (p. 58-59).

As referências simbólicas utilizadas por Lobato na legitimação de uma identidade genuína à recém formada república brasileira traduzem-se pela necessidade da criação daquilo que Carvalho (1990) aponta como a elaboração do imaginário social. Remetendo ao modelo de república originado no pensamento iluminista do século XVIII, modelo este identificado pela perspectiva liberal de economia, positiva de pensamento e jacobina de política, o

imaginário social responsável pela construção de referências pátrias no Brasil dos anos 1930, como todo imaginário social, incumbia-se de expressar as ideologias e utopias pretendidas pelas dirigências políticas brasileiras e, no limite, pelo próprio povo brasileiro. Nas palavras do autor:

A elaboração de um imaginário social é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também [...] por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. (CARVALHO, 1990, p. 10).

Em complemento a noção de imaginário social apontada por Carvalho, podemos adicionar a definição de Taylor (2010), para quem o imaginário compreende algo muito mais vasto que os esquemas intelectuais que as pessoas podem acoitar quando pensam acerca da realidade social. Neste sentido, o imaginário refere-se aos modos como as pessoas imaginam a sua existência social, como se relacionam umas com as outras, com as imagens que subjazem às suas expectativas, aquilo que dá sentido às práticas particulares, o modo como chegamos até onde chegamos. (TAYLOR, 2010).

Pela narrativa lobatiana contida na *Geografia de Dona Benta* é-nos possível experimentar o processo de constituição de um imaginário social a partir da linguagem literária. A expressão de um Brasil livre de estereótipos negativos, no sentido de pejorativos, impõe-se em uma época em que a visibilidade econômica do país para além das fronteiras nacionais se fazia necessária, na esteira das sucessivas crises do sistema produtivo em âmbito mundial, como a crise de superprodução de 1929, por exemplo.

Conforme atesta Taylor (2010) o imaginário social é, “em qualquer época, complexo”; além disso:

Incorpora um sentido das expectativas normais que temos uns dos outros, o tipo de compreensão que nos possibilita levar a cabo práticas colectivas que constituem a nossa vida social. Isto inclui algum sentido do modo como

todos nos ajustamos a exercitar a prática comum. Semelhante compreensão é, ao mesmo tempo, factual e normativa; ou seja, temos um sentido de como as coisas habitualmente se passam, mas ele está entretecido com uma ideia de como elas deviam ser, de que falsos passos invalidariam a prática. (TAYLOR, 2010, p. 31-32).

O momento político continente do pensamento de Lobato, em escala mundial representado pelo entre-guerras e em escala nacional brasileira representado pela consolidação do regime ditatorial de Getúlio Vargas via Estado Novo, significou uma mudança no paradigma político brasileiro. Neste evento reside a importância do que nos apresenta Carvalho (1990), ao indicar que a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, “em momentos de redefinição de identidades coletivas”, a exemplo da Revolução Francesa, clássica tentativa de formar um novo homem.

Precisamente no período representado pelo Estado Novo no Brasil, a justaposição de símbolos e de manobras político-governamentais constituiu-se em uma tentativa de formar um novo homem brasileiro, um homem mirado na garantia da liberdade e da emancipação social pelas promessas trabalhistas, na busca e na esperança pela cidadania, amparado pela ordem e pelo progresso de uma nação inexoravelmente condenada a se tornar o “país do futuro”. Nos termos de Carvalho (1990):

A aceitação ou rejeição dos símbolos propostos poderá revelar as raízes republicanas pré-existentes no imaginário popular e a capacidade dos manipuladores de símbolos de refazer esse imaginário de acordo com os novos valores. Um símbolo estabelece uma relação de significado entre dois objetos, duas idéias, ou entre objetos e idéias, ou entre duas imagens. Embora o estabelecimento dessa relação possa partir de um ato de vontade, sua aceitação, sua eficácia política, vai depender da existência [...] de comunidade de imaginação, ou comunidade de sentido. Inexistindo esse terreno comum, que terá suas raízes seja no imaginário preexistente, seja em aspirações coletivas em busca de um novo imaginário, a relação de significado não se estabelece e o símbolo cai no vazio, se não, no ridículo. (p. 13).

Na esteira do que Carvalho argumenta, o rito da queima das bandeiras dos estados federativos na década de 1940 e a proibição de seu hasteamento nos respectivos territórios até 1948, como forma de legitimar a presença de um Estado brasileiro forte e uno, por exemplo, representa esta busca do coletivo por um novo imaginário, a partir do esvaziamento do significado do ato, insustentável sobretudo após a manifestação do descontentamento dos governos centrais de algumas províncias em relação a autoridade vertical do Estado soberano.

Hall (2006) aponta que a identidade deve ser encarada como um “lugar que se assume”, e não como uma “essência ou substância que se examina”, o que nos leva a aproximar o conceito de identidade ao conceito de enraizamento proposto por Weil (1979), para quem o enraizamento “é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana.” (p. 347). Este enraizamento se encontra na existência coletiva do homem, a partir de uma participação natural que vem do lugar, do nascimento, do ambiente.

A visita das personagens a França, narrada no Capítulo XXIX – Inglaterra e França, expõe o enraizamento proposto por Weil, explorado a partir da noção de nacionalismo e de suas simbologias, na figura do francês como pessoa isolada e independente:

- Pois a França é um país privilegiado. Possui todos os climas, um sistema de rios de primeira ordem, terras excelentes para grande variedade de culturas. Tem tudo. Vem disso o caráter caseiro do seu povo. O francês não sai de casa, isto é, não sai da França. Ignora o resto do mundo. Não quer saber. Não viaja. Não estuda geografia. Para que, se está bem em casa?

Ficou profundamente egoísta. O mundo lá fora pode estar pegando fogo: o francês não se mexe. Limita-se a ‘fazer espírito’. Somítico até ali. Agarradíssimo. A avareza dos campônios da França é proverbial. Trabalham como mouros, sempre rotineiramente como os pais e avós fizeram, e só gastam o que é em absoluto indispensável. Daí tornarem-se os franceses um dos povos mais ricos do mundo. Todos possuem suas economias no banco. O francês é extremamente realista. Não se ilude com lorotas. Cuida de si. Aproveita a vida o mais que pode. (LOBATO, 1988, p. 123-124).

A ânsia contida na narrativa de Lobato por fazer reconhecer um povo brasileiro culturalmente situado, historicamente relevante, é expressa por Monteiro (2002) quase oitenta anos depois. O que mais nos chama a atenção é a constante angústia do próprio povo brasileiro em se reconhecer a si mesmo, em vista do percurso que a sua história adotara em

relação aos países colonizadores ou centrais, cuja trajetória histórica de formação se assentara em bases menos complexas do ponto de vista da organização cultural.

A ideia de um povo com raízes culturais diversas, no início do século XX, impunha-se como obstáculo ao reconhecimento de sua legitimidade orgânica, o que para um cenário de consolidação de Estados nacionais em busca de soberania econômica e política representava um forte elemento de descrédito frente a uma ordem embrionária de mundialização da cultura. Monteiro (2002) nos apresenta uma interpretação valiosa para a compreensão deste momento da história política e cultural do Brasil:

A grande realidade é que nós, no Brasil, somos “outra coisa” que embora não se saiba bem “o quê”, com certeza não é uma mera extensão lusitana. Isto que a nossa grande “originalidade” redundando também no nosso grande conflito de identidade pois que não há “modelos” nem “paradigmas” em que nos possamos apoiar para compreender o nosso caso, em que a diversidade étnica impregnou nossa formação social de modo ímpar. Enquanto não compreendermos isto, angustia-nos a crise de identidade, coisa que nos aflige há tanto tempo. (p. 185).

Além das ideias de progresso pelo nacionalismo adotadas por Lobato para fazer crescer o povo brasileiro, o autor também se mostrava adepto de ideias eugenistas. A eugenia, entendida como o estudo das condições mais propícias à reprodução da raça humana, é seriamente defendida por Lobato ao longo de seu texto, em uma forte apologia a filosofia positivista aplicada como dignificadora das sociedades, a partir de elementos de expressão de ordem e de amor pelo todo social.

No Capítulo XXI – Malásia, Lobato chama a atenção para os progressos sociais conquistados nas Filipinas desde a tomada do poder local pelos americanos, em contraste com a colonização espanhola pouco produtiva. Estes progressos estão relacionados ao eugenismo na medida em que despertam a atenção do leitor para a importância de se aliar educação, higiene, acesso a serviços sociais básicos e outros elementos como fundamentais na construção de “sociedades organizadas e desenvolvidas”. O diálogo entre Dona Benta e Pedrinho revela alguns traços dos ideais eugenistas de Lobato:

Dona Benta explicou que iam conhecer uma zona de ilhas, ilhas e mais ilhas. Ilhas a dar com um pau. Só o arquipélago das Filipinas compunha-se de 7.000.

- Sete mil, vovó? Não está achando meio muito?

- Não, meu filho. Dessas sete mil, porém, a maior parte se compõe de ilhotas insignificantes, que nem nome têm. Só valem as ilhas grandes, como a de **Luzon, Mindanau** e outras, que estiveram muito tempo nas unhas dos espanhóis e acabaram conquistadas pelos americanos. Depois da Segunda Guerra tornou-se independente. Hoje aquilo lá está um brinco. Estradas de rodagem de primeira ordem, escolas, higiene, tudo quanto é melhoramento. Mas o mundo é grande e não podemos parar nas Filipinas. Daqui seguiremos diretamente para a **Insulíndia**, que é o mais notável grupo de ilhas oceânicas. (LOBATO, 1988, p. 88-89 - grifo do autor).

As passagens por outros territórios, como o do Japão (p. 79-80), o da China (p. 84) e o do Rio de Janeiro (p. 31), ainda em terreno brasileiro, são a oportunidade que Lobato encontra para divulgar seus ideais eugenistas. O exemplo brasileiro é talvez o mais significativo, na menção do autor à organização social das formigas e das abelhas em grupos bem estruturados e bem apetrechados na arte de se alimentar; a alimentação, neste sentido, é também entendida como pressuposto eugenista, uma vez que compete para a identificação de um povo ou nação a partir de seus costumes, constituindo uma possibilidade de nacionalismo com base em uma territorialidade construída a partir da simbologia proferida pelo alimento e pelo hábito alimentar:

[...] A luta no Brasil entre o homem e a formiga já foi incerta. Um sábio já disse que ou o brasileiro dá cabo da formiga ou a formiga dá cabo do brasileiro. Existem zonas em que a formiga já venceu o homem, obrigando-o a emigrar.

- Mas como poderão elas, tão pequenininhas, vencer o homem, tão grande? – duvidou Emília.

- São pequenininhas mas têm a seu favor o número infinito e a perfeita organização social em que vivem. Enquanto os homens brigam uns com os outros e jamais encontram meio de viver em harmonia, elas se regalam no mais perfeito equilíbrio. *Sabem alimentar-se*, e por isso não conhecem doenças, como os homens. Entre os homens já há mais de cinco mil moléstias estudadas, quase todas conseqüências da alimentação errônea e da

desigualdade das condições sociais. Vemos ricos e pobres – os que morrem de indigestão e os que morrem de fome. Os que vivem em palácios e os que vivem em casebres imundos. Entre as formigas a igualdade é perfeita. Todas comem a mesma coisa e vivem na mesma casa. (LOBATO, 1988, p. 31-32 – grifo do autor).

Em relação à espécie humana Lobato argumenta que o homem ainda não soube viver em harmonia com a natureza nem consigo mesmo, e rebate a afirmação com a ideia de que os progressos alcançados com as ciências são significativos na trajetória do desenvolvimento dos grupos humanos. Tal como preconizado pelo Positivismo comtiano, à ciência seria atribuída a garantia infalível do destino humano, não havendo liberdade ilimitada de consciência ao homem, dado que “nada se pode recusar do que é imposto pelo positivismo”. “O cientificismo é autoritário, e como tal deve ser encarado o positivismo, sendo irrazoável a razão individual.” (BERGO, 1983, p. 58).

Pela ótica de Pedrinho, Lobato aponta a necessidade da revisão dos hábitos alimentares humanos e referencia a ciência como meio possível para tal intento; e pela ótica da personagem de Dona Benta expõe:

- Mas não sabe comer, que é o principal – disse Dona Benta. – Estou convencida de que a maior parte dos males que nos afligem vem disso: de não sabermos comer. As abelhas inventaram o mel, um alimento perfeito. As formigas descobriram o tal cogumelozinho, outro alimento perfeito. Os homens, porém, comem de tudo – e sofrem as conseqüências desse erro.
- Deixe estar, vovó! – gritou Pedrinho. – Quando eu crescer vou dedicar-me ao estudo da alimentação. Hei de ter um grande laboratório científico para labutar até descobrir um alimento único que seja para a humanidade o que é o mel para as abelhas. (LOBATO, 1988, p. 32).

Do que se observa na obra de Monteiro Lobato, há a preocupação constante do autor com o crescimento e com o desenvolvimento intelectual do cidadão e da nação brasileira, apostando na educação escolar como via para este propósito. Entretanto, em parceria com Anísio Teixeira, Lobato não mede esforços para promover sua percepção de classes sociais e de trabalho, visto que, ao mesmo tempo em que denota preocupação com a cultura nacional, argumenta no sentido de propor uma educação para o país com base na divisão entre classes. Esta ideia é duramente criticada por Nunes (1986), ao indicar:

Lobato e Anísio partilham do mesmo sonho de progresso para o país, mas são antagonizados por um conservantismo obstinado na defesa do quê? Na defesa da continuidade da diferença entre os dois Brasis: o dos ricos e o dos pobres, ou seja, o dos poderosos e o dos desvalidos. (p. 29).

Desta perspectiva esclarece-se o posicionamento intelectual de Lobato, à primeira vista fortemente relacionado aos ideais positivistas comtianos. Ao mesmo tempo em que promove um equilíbrio a partir da igualdade social, também mantém pouco alterada a organização da sociedade, tendo sempre como ponto de fuga o progresso econômico e a construção de um ideal fraterno de humanidade.

No viés interpretativo da doutrina positiva a aproximação da educação básica e da ciência com a indústria é condição para a reprodução e a manutenção da ordem social, e no caso particular da educação, seu objetivo é o de fornecer mão-de-obra e planejadores do capital, tornando as classes sociais ascendentes. Desta visão de organização social, Lobato contribui com uma perspectiva de educação como promessa, porém não redentora dos organismos sociais, e aposta nas coletividades como possibilidade de crescimento e de desenvolvimento do caráter humano, para o que um ideário social amparado em um nacionalismo forte e representativo vem a contribuir de modo bastante positivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Chartier (1991) “a leitura não é somente uma operação abstrata de inteligência: é por em jogo o corpo, é inscrição num espaço, relação consigo ou com o outro.” (p. 181). Da ideia de leitura enquanto inscrição no espaço, arriscamos, se firma um propósito da narrativa de Lobato contida na *Geografia de Dona Benta*.

Não é equivocado dizer que Monteiro Lobato, à sua época, era considerado um “homem de visão”, apaixonado pelo progresso e pela construção de um Brasil com referências técnicas e tecnológicas renovadas. Esta consideração, na época atual, é adotada como consenso entre pesquisadores<sup>20</sup> que se dedicam ao entendimento da contribuição dada por Lobato no campo das ideias para os progressos econômicos, sociais, políticos e culturais brasileiros, reforçando a sua imagem como homem de “mente aberta para o futuro.”

Pela escrita, Lobato encontra um meio coerente para satisfazer a sua tão desejosa vontade de progresso, divulgando um pensamento que une minimamente ciência, literatura, senso comum e arte; o canal criado por Lobato a partir da literatura infantil responde como uma possibilidade de renovação de conceitos em uma linguagem facilitada ao público pretendido. O recurso literário do maravilhoso, presente em grande parte das obras de Lobato, e em especial na *Geografia de Dona Benta*, se responsabiliza pela aproximação do autor com o universo infantil, criando um campo de forças que garante a transmissão do seu pensamento de modo hábil.

Ao resgatar espacialidades e temporalidades, a preocupação de Lobato se volta para o entendimento do espaço e do tempo a partir de uma perspectiva de crítica, sobretudo em relação ao homem (os grupos humanos), para quem este carrega todas as possibilidades de transformação do concreto pensado, a partir de um ideal de fraternidade universal.

Segundo Chartier (1991) “partir [...] dos objetos, das formas, dos códigos e não dos grupos leva a considerar que a história sócio-cultural repousou demasiadamente sobre uma concepção mutilada do social.” (p. 180 - adaptado). E justamente o desejo de rompimento com as mutilações do social é o que torna mais significativa a *Geografia de Dona Benta*, uma experiência literária que faz e refaz o espaço-tempo na medida do imaginário vivido.

---

<sup>20</sup> Consultar: NUNES, Cassiano. **Monteiro Lobato e Anísio Teixeira: o sonho da educação no Brasil**. São Paulo, s/ed., 1986; CARDOSO, Rosimeiri Darc. *Geografia de Dona Benta: o mundo pelos olhos da imaginação*. In: LAJOLO, Marisa e CECCANTINI, João Luís. (Org.) **Monteiro Lobato, livro a livro. Obra infantil**. São Paulo: Editora UNESP, 2008; SANTOS, Geovana Gentili. **O maravilhoso na produção infanto-juvenil de Monteiro Lobato**. In: Revista Agália. Ourense: Associação Galega da Língua. 2009, p. 99-114; entre outros.

Para a análise da *Geografia de Dona Benta* é fundamental o reconhecimento das especificidades (econômicas, políticas, sociais, culturais) que contêm o pensamento lobatiano; estas especificidades, que são complexas, são também responsáveis por tornar compreensíveis as realidades que direta ou indiretamente exerceram influência na elaboração do pensamento do autor, e servem como parâmetro para mensurar uma realidade densamente constituída.

Sobre esta afirmação Chartier (1991) argumenta:

Durante muito tempo, pareceu fácil o caminho que levava a concluir a partir da análise temática de um conjunto de textos a caracterização de uma “mentalidade” (ou de uma “visão do mundo” ou de uma “ideologia”), e depois fazia passar desta última a uma consignação social unívoca. A tarefa parece menos simples desde a partir do momento em que cada série de discursos seja compreendida em sua especificidade, ou seja, inscrita em seus lugares (e meios) de produção e suas condições de possibilidade, relacionada aos princípios de regularidade que a ordenam e controlam, e interrogada em seus modos de reconhecimento e de veracidade. (p. 187).

O que se inscreve no argumento de Chartier é o que nos permite concluir que o pensamento de Monteiro Lobato, ao ser compreendido a partir das especificidades que influenciam a sua narrativa, revela uma expressão de mundo historicamente e geograficamente situada, porém atravessadora de diversas espacialidades e temporalidades, sendo necessário considerar, portanto, que o ponto a partir do qual se fala é mais que revelador do pensamento narrado.

No que se refere à tentativa de instituir uma identidade genuinamente brasileira, a angústia de Lobato encontra ainda hoje um alto grau de validade; pelo sentido da permanência ao longo de quase um século da necessidade de firmar uma identidade para o povo brasileiro voltada mais para o futuro que para o passado de colonização e de dependência cultural, é que se torna pertinente ao período atual a narrativa da *Geografia de Dona Benta*.

Pelo viés da afirmação de uma política que dê respaldo à constituição de uma ideia de nação estabelecida a partir de elementos de cultura próprios e, sobretudo, de ampla legitimação interna ao território e ao povo brasileiro, Monteiro (2002) nos apresenta uma alternativa para um possível projeto de nação, um projeto cujos fundamentos se estendam para além dos limites da globalização:

Se ao longo de cinco séculos foi-nos difícil (impossível?) alcançar nossa própria identidade, daqui para o futuro sê-lo-á? Num “futuro” sempre adiado, carregando a pesada carga da polietnicidade, ser-nos-á possível atingí-la? Se não alcançarmos a condição de “nação” (política) e um caráter digno de expressarmo-nos como uma “cultura” e se as profundas transformações em curso, das quais a “globalização” é um dos muitos problemas desta “travessia” tornarem obsoletas ou descartáveis a idéia de “nação” ou “pátria” [...] o que nos estará reservado? Em meio a tão graves indagações as inegáveis retrações dos espaços pejorativos – uma das características da presente crise - tornam senão impossíveis, muito difíceis as respostas. (MONTEIRO, 2002, p. 204-205).

Já em relação à sondagem do conteúdo geográfico na literatura, seja ela de qualquer natureza, é importante estabelecer a sintonia entre os sistemas geográfico e literário. Como sistema geográfico falam-se das categorias e conceitos que atribuem sentido à ciência Geografia, e como sistema literário, da trama fictícia desenvolvida sobre o substrato geográfico. Conforme atesta Monteiro (2002):

É de toda conveniência que o sistema geográfico deva ser procurado nos seus atributos mais relevantes, sobretudo em face da alta literatura. Não teria sentido fazer cobranças do trivial geográfico, já que um romance não é um manual de Geografia, sobretudo uma velha corografia<sup>21</sup>. Importa muito desvendar as relações entre o sistema real geográfico com aquele dos símbolos ou signos artísticos na arquitetura da obra. (p. 233).

Sendo assim, a *Geografia de Dona Benta* se mostra uma obra que, embora de significativa importância para sua época, apresenta ideias em torno de conceitos que necessitam de readequação a partir de fundamentos que atualizem para a época atual algumas noções contidas na narrativa desenvolvida e, sobretudo, que estas readequações conceituais contribuam para substantivar o conhecimento geográfico científico a partir da consideração do espaço geográfico e da identidade nacional como conceitos transformadores do tempo-espaço atual.

---

<sup>21</sup> Corografia: estudo geográfico de um país ou de uma de suas regiões.

Como possibilidade de por em prática a ideia desenvolvida em torno da atualização de pensamentos contidos na narrativa da *Geografia de Dona Benta*, sugerimos que o conteúdo que possa ser trabalhado por estudantes e por professores que utilizem a obra estudada como referência de Geografia seja manuseado no sentido de se permitir o contato com a realidade geográfica vivida pelo autor no momento da elaboração da obra e de compará-la com a realidade geográfica atual para, a partir deste comparativo, estabelecer parâmetros que possam subsidiar uma leitura mais atenta e responsável da obra de Lobato e que não a desconsidere de todo.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011, 190 p.

BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. 16 ed. Tradução de Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1971, 116 p.

BAUER, Martin., GASKELL, George., ALLUM, Nicholas. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. Evitando confusões. In: BAUER, Martin., GASKELL, George. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático**. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 17-35.

BEIRO, Douglas. **Territórios e memórias: narrativas de mulheres que migraram na segunda metade do século XX**. 2009. 138f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Área de Concentração em Organização do Espaço. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro. 2009.

BERGO, Antonio Carlos. O Positivismo: caracteres e influência no Brasil. In: **Reflexão**, ano VIII, n. 25, 1983.

BITTENCOURT, Circe Maria. Identidade Nacional e Ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro. (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

BOGDAN Robert., BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação: fundamentos, métodos e técnicas. In: \_\_\_\_\_ **Investigação qualitativa em Educação**. Coleção Ciências da Educação. Portugal: Editora Porto, 1994, p. 113-201.

BONDÍA, Jorge Larossa. Narrativa, identidad y desidentificación. In: **La experiência de la lectura. Estudios sobre literatura y formación**. Barcelona: Editorial Laertes, 1996, p. 461-482.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: **Leituras**. Campinas: Rede Municipal de Educação de Campinas/FUMEC, n. 4, 2001.

BOSI, Alfredo. **O Positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração**. São Paulo: Edusp, 2004.

CARDOSO, Rosimeiri Darc. Geografia de Dona Benta: o mundo pelos olhos da imaginação. In: LAJOLO, Marisa., CECCANTINI, João Luís. (Org.). **Monteiro Lobato, livro a livro. Obra infantil**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 289-302.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas. O imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 9-15.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: **Estudos avançados**. São Paulo. v. 11(5), 1991, p. 173-191.

CLAVAL, Paul. Campo e Perspectiva da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato., ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Geografia Cultural: um século**. 3. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**. Tradução de José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, v. 1, 1973.

COOK, Ian. Counciousness and the Novel: Fact or Fiction in the works of D. H. Lawrence. In: \_\_\_\_\_ **Humanistic Geography and Literature**. London: Croom Helm. 1981, p. 66-84.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_ **Mitos, emblemas, sinais – Morfologia e História**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 143-179.

HALL, Stuart. Apresentação. Para ler Stuart Hall. In: SOVIK, Liv. (Org.). **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

KRISTEVA, Julia. A palavra, o diálogo e o romance. In: \_\_\_\_\_ **Introdução à Semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 61-90.

LEGROS, Patrick. et. al. Os fundadores da sociologia do imaginário. In: \_\_\_\_\_ **Sociologia do imaginário**. Tradução de Eduardo Portanova Barros. Col. Imaginário Cotidiano. Porto Alegre: Salinas, 2007, p. 78-103.

LÉVY, Bertrand. Geografía y Literatura. In: HIERNAUX, Daniel., LINDÓN, Alicia. (Org.). **Tratado de Geografía Humana**. Tradução de Mónica Portnoy. México: Anthopos, 2006, p. 460-480.

LIMA, Solange Terezinha de. Percepção ambiental e literatura: espaço e lugar no *Grande Sertão: Veredas*. In: DEL RIO, Vicente., OLIVEIRA, Livia de. (Org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996, p. 153-172.

\_\_\_\_\_. Geografia e Literatura: alguns pontos sobre a percepção de paisagem. In: **Geosul**. Florianópolis. v. 15, n. 30, p. 7-33, jul./dez. 2000.

LOBATO, José Bento Monteiro. **Geografia de Dona Benta**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LUDKE, Menga., ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986, p. 25-44.

MARANDOLA, Janaína Alencar Silva. O Geógrafo e o Romance: Aproximações com a Cidade. In: **Geografia**. v. 31, n. 1, p. 61-81, jan./abr. 2006.

MÉRENNE-SCHOUMAKER, Bernadette. La Enseñanza de la Geografía. In: HIERNAUX, Daniel., LINDÓN, Alicia. (Org.). **Tratado de Geografía Humana**. Tradução de Mónica Portnoy. México: Antrhopos, 2006, p. 628-643.

MONDADA, Lorenza. Espacio y Lenguaje. In: HIERNAUX, Daniel., LINDÓN, Alicia. (Org.). **Tratado de Geografía Humana**. Tradução de Daniel Hiernaux e Alicia Lindón. México: Antrhopos, 2006, p. 433-459.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **O mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

NUNES, Cassiano. **Monteiro Lobato e Anísio Teixeira: o sonho da educação no Brasil**. São Paulo, s/ed., 1986.

SANTOS, Geovana Gentili. O maravilhoso na produção infanto-juvenil de Monteiro Lobato. In: **Revista Agália**. Ourense: Associação Galega da Língua. 2009, p. 99-114.

SANTOS, Joel Rufino dos. Contra Lobato. In: **Revista Caros Amigos**. Editora Casa Amarela. Ano XIV, n. 165. dez./2010.

SANTOS, Milton de Almeida. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2004.

\_\_\_\_\_. **O espaço geográfico como categoria filosófica**. São Paulo: Terra Livre, n. 5, 1988, p. 9-20.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUZA, Heluane Aparecida Lemos de. **As concepções de natureza e a relação sociedade-homem no pensamento de Monteiro Lobato**. 2009. 165f. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Pedagogia. Instituto de Biociências. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro. 2009.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: **Scripta nova. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, n. 93, 2001.

TAYLOR, Charles. Que é um imaginário social? In: \_\_\_\_\_ **Imaginários sociais modernos**. Lisboa: Texto & Grafia, 2010, p. 31-38.

TEIXEIRA, Anísio. Educação e nacionalismo. In: \_\_\_\_\_ **Educação no Brasil**. 2. ed. Col. Atualidades Pedagógicas. São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, v. 132, 1976, p. 319-322.

VIDAL, Diana Gonçalves., FILHO, Luciano Mendes de Faria. História da educação do Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, 2003, p. 37-70.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BAUER, Martin., AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin.; GASKELL, George. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático**. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

BITTENCOURT, Circe Maria. **Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas, 1917-1939**. São Paulo: Loyola, 1991. col. Educação Brasileira.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LIMA, Luiz Costa. **História, ficção, literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LOBATO, José Bento Monteiro. **Viagem ao Céu**. São Paulo: Brasiliense, 1958, 152 p.

MELLO, Ana Maria Lisboa de. Formas de representação da subjetividade no romance brasileiro: de 1880 a 1930. In: PASSEGGI, Maria da Conceição., SILVA, Vivian Batista da. (Org.). **Invenções de vidas, compreensão de itinerários e alternativas de formação**. Série: Artes de viver, conhecer e formar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 33-44.

OLIVEIRA, Cesar Alvarez Campos de. A Geografia: de matéria escolar a disciplina acadêmica. In: **Geo UERJ. Revista do Departamento de Geografia**. Rio de Janeiro: UERJ. n. 4, jul./dez. 1998, p. 55-68.

RODRIGUES, Neidson. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. In: **Educação e Sociedade**. v. 22, n. 76, 2001.

SANTOS, Milton de Almeida. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Wilson dos. **A obra de Aroldo de Azevedo – Uma avaliação**. 1984. 94f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Área de Concentração em Organização do Espaço. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro. 1984.

SILVEIRA, Maria Laura. Por um conteúdo da reflexão epistemológica da Geografia. In: SOUZA, Álvaro José de. et. al. (Org.). **Paisagem, território, região: em busca da identidade**. Cascavel: Editora Gráfica Universitária EDUNIOESTE, 2000.

## ANEXOS

## ANEXO A



## AMIGOS DE PAPEL

Joel Rufino dos Santos

## CONTRA LOBATO

Na polêmica atual sobre o racismo de Monteiro Lobato, envolvendo intelectuais e órgãos do governo, há argumentos bons e argumentos tolos de ambos os lados. Eu mesmo nesta coluna já tratei do caso Tia Anastácia, condenada a toda a eternidade a fazer deliciosos bolinhos para a turma do Picapau Amarelo – e espero, é claro, que os leitores tenham achado bons meus argumentos, concordando ou não.

Não acho que se deva censurar qualquer autor do passado; nem mesmo, é claro, do presente. A literatura brasileira, desde Gregório de Matos, está cheia de clichês e injúrias contra o negro, o índio e o mulato. A razão desse racismo é que nenhum livro no passado foi escrito para negros – mesmo quando escrito por negros. Na adolescência, li Machado de Assis, Euclides da Cunha, Jorge Amado, Cruz e Sousa e Graciliano Ramos, todos eles autores de páginas racistas. Fiz de contas que não eram dirigidas a mim e, na verdade, não eram. Eu entrara no imponente edifício literário pela porta errada, pelo elevador social. Sentia olhares de “você não era para estar aqui”, mas fui em frente. Hoje, velho, agradeço àqueles injuriosos – entre eles, Karl Marx – a visão que tenho do mundo.

Quem pede censura a escritores talvez não saiba bem o que é literatura, qual a especificidade dela. Bula de remédio, tratado científico, discurso político não são literatura. Por quê? Porque não nos apresentam o possível como real, o que não aconteceu mas poderia ter acontecido como verdadeiro. Imaginem se uma lição sobre eletromagnetismo, num livro de física, fosse literária. Paradoxalmente, a realidade da literatura é que não é real. Precisamos dessa irreabilidade para descobrir – e suportar – a vida real. Os ficcionistas não estão obrigados ao “politicamente correto”.

Os negros não precisamos nos envergonhar do que escreveram sobre nós, nem na ciência, nem na ficção. Os movimentos negros são justos mas, em parte, nasceram dessa vergonha injusta: o que os brancos dizem de nós tem de ser respondido imediatamente com dureza, censura, patrulhamento etc. Ora, negro é uma invenção do branco, uma prisão em que a civilização capitalista moderna trançou os criadores da sua riqueza – os africanos, no caso da Europa, os afrodescendentes, no caso do Brasil.



Tocamos aqui na questão de fundo: a exploração do trabalho pelo capital. Negro é o nome do trabalhador e só quem não quer se identificar com ele se enfurece. Ou reivindica para si os papéis do explorador – general, empresário, modelo, capa de revista – como se neles estivesse a condição humana. Vergonha ou alienação.

Há, naturalmente, outros aspectos nessa polêmica confusa. Um deles é o pedagógico. Têm razão os que pedem contextualização dos textos injuriosos e clichês racistas. Isso pode ser feito por edições comentadas, em introduções didáticas e até mesmo em pés de página.

Essas contextualizações mostrariam que o tempo de Lobato foi o mesmo de Gilberto Freyre, que apresentou o afrobrasileiro como civilizador; de Caio Prado Júnior, Werneck Sodrê e Sérgio Buarque, que o repuseram como protagonista da nossa história.

Afinal, Nastácia tudo fazia no Sítio. E como demiurga criou, com linha e pano, a boneca “comunista” Emília. 🗑️

Joel Rufino é historiador e escritor.